



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

EUNICE FERRÃO CONDE USSENE BENTO

Dissertação

Os Desafios da Igualdade de Género em Moçambique: Caso do Ministério do Género,
Criança e Acção Social, 2015-2019.

Maputo, Abril de 2025

Eunice Ferrão Conde Ussene Bento

Os Desafios da Igualdade de Género em Moçambique: Caso do Ministério do Género,
Criança e Acção Social, 2015-2019.

Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento

Dissertação a ser apresentada a Faculdade de Direito
da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito
para aquisição de grau de Mestre em Cooperação e
Desenvolvimento.

Supervisor: Prof. Doutor Luca Bussoti

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Maputo, Abril de 2025

Autora: Eunice Ferrão Conde Ussene Bento

Os Desafios da Igualdade de Género em Moçambique: Caso do Ministério do Género,
Criança e Acção Social, 2015-2019.

Área de Concentração: Igualdade do Género

Bancada Examinadora:

Presidente: Prof. Doutor Eduardo Chiziane _____

Supervisor: Prof. Doutor Luca Bussoti _____

Oponente: Doutor Adelino Muchnga _____

Data da Aprovação:/...../.....

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que esta pesquisa nunca foi apresentada para aquisição de qualquer grau académico. Ela resulta da minha investigação pessoal, estando incluídos no texto e na bibliografia final as fontes que utilizei para o efeito.

Maputo, aos 03 de Abril de 2025

Eunice Ferrão Conde Ussene Bento

DEDICATÓRIA

Aos Meus Pais (em Memória) José Ajape Conde Ussene e Alda Gonçalo Ferrão Conde Ussene, com todo amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela proteção e por permitir a concretização de mais uma etapa da minha vida;

A minha família. Os primeiros por todos valores transmitidos, pelo amor e pelo esforço que fizeram, para que pudesse concretizar todos os meus objectivos.

Ao meu esposo, Manuel Bento, que de forma especial e carinhoso me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades e por acreditar que todos os dias podemos ser mais melhores.

Agradecimentos especial ao meu supervisor Prof. Doutor Luca Bussoti, não só pela orientação, mas também pela disponibilidade, dedicação, paciência e ensinamentos demonstrados ao longo do trabalho. Naturalmente, qualquer omissão ou erro é da minha inteira responsabilidade.

A TODOS, sinto-me bastante honrada pela vossa colaboração!

Vai o meu “Muito Obrigada!”.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MMCAS	Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNG	Direcção Nacional de Género
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
CNAM	Conselho Nacional para o Avanco da Mulher
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Paridade dos Poderes de Compra
IDS	Índice do Desenvolvimento Sustentável
OSCs	Organização da Sociedade Civil
ONFPA	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a População
UNIFEM	Fundo do Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
ONFPA	Fundo do Desenvolvimento das Nações Unidas para a População
GDG	Grupo de Doadores do Género
GCG	Grupo de Coordenação do Género
UNCDF	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
WEP's	Women Empowerment Principles
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
FCEU	Fundo de Credito das Empresas Urbanas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GPE	Gabinete de Promoção de Emprego
ONG's	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP's	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Instituto Nacional de Estatística
PRU	Programa de Reabilitação Urbana

RESUMO

A presente dissertação apresenta-se um estudo de caso em que se discutem e refletem as concepções de género e o modo como as mesmas são encaradas, numa perspetiva de igualdade, num contexto de educação e bem como a eficiência das aplicação das políticas conduzidas pelas entidades competentes. Os estereótipos sociais sobre o género, que de uma forma por vezes inconsciente, marcam as atitudes e comportamentos dos pais, das mães e dos/as professores/as traduzem-se e refletem-se nas respostas e papéis de género que os indivíduos desenvolvem. O desenvolvimento deste estudo, com recurso ao método que compreende uma natureza aplicada com uma abordagem qualitativa, demonstra concepções de que as raparigas do ensino pós primário frequentando da 8^a a 10^a classe, encontram-se geralmente na faixa etária entre os 13 e os 18 anos de idade. Estas idades possuem taxas de fecundidade, fertilidade e natalidade extremamente altas, frequentemente porque os indivíduos nutrem de muita curiosidade relativamente à sua emancipação sexual e de uma certa dose de ingenuidade e desconhecimento consistente, teórico e prático, de métodos anticonceptivos e de protecção e prevenção sexual. Foi possível concluir-se ainda que, a implementação das políticas estratégicas do Ministério do Género, Criança e Acção Social na óptica da redução das desigualdades de género não foram eficientes na medida em que as entranhas por de trás da variável vulnerabilidade da rapariga não são suficientemente expressivas para fortificar e oferecer melhores oportunidade as raparigas sejam elas, sociais, económicas, materiais, tecnológicas, etc.

Palavras Chave: Educação, professores, famílias, igualdade de género, Género, Acção Social, Mulher e Degualidade.

ABSTRACT

This dissertation presents a case study in which concepts of gender are discussed and reflected and the way in which they are viewed, from a perspective of equality, in an educational context and as well as the efficiency of the application of policies conducted by entities. competent. Social stereotypes about gender, which in a sometimes unconscious way, mark the attitudes and behaviors of fathers, mothers and teachers are translated and reflected in the gender responses and roles that individuals develop. The development of this study, using a method that comprises an applied nature with a qualitative approach, demonstrates concepts that girls in post-primary education attending grades 8 to 10 are generally in the age group between 13 and 18 years old. deity. These ages have extremely high fertility, fertility and birth rates, often because individuals are very curious about their sexual emancipation and a certain amount of naivety and consistent lack of theoretical and practical knowledge of contraceptive methods and sexual protection and prevention. . It was also possible to conclude that the implementation of the strategic policies of the Ministry of Gender, Children and Social Action with a view to reducing gender inequalities were not efficient as the innards behind the variable vulnerability of the girl are not sufficiently expressive ways to strengthen and offer girls better opportunities, be they social, economic, material, technological, etc.

Key Words: Education, teachers, families, gender equality, Gender, Social Action, Women and Equality.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	III
DEDICATÓRIA.....	IV
AGRADECIMENTOS	V
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
CAPITULO I:.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização	2
1.2. Problema.....	5
1.2.1. Pergunta de pesquisa	6
1.3. Hipóteses de Estudo	6
1.4. Objectivos do Estudo.....	6
1.4.1. Objectivo Geral.....	6
1.4.2. Objectivos Específicos;	6
1.5. Justificativa.....	7
CAPITULO II:.....	9
2. METODOLOGIA.....	9

2.1.	Natureza de Pesquisa	9
2.2.	Variáveis de Pesquisa	9
2.3.	População e Amostra	10
2.4.	Aspectos éticos	10
CAPITULO III:		11
3.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
2.1.	Género	11
2.2.	Conceito de Igualdade de Género	13
2.3.	Gênero como questão Social Crítica – Igualdade do Género.....	13
2.4.	Igualdade do género em África	15
2.5.	Teoria de Mudança	17
2.6.	Papéis Sexuais e Identidade de Género	17
2.7.	Socialização de Género	18
2.8.	Pobreza relacionada ao género	19
2.9.	Dados históricos da mulher na sociedade.....	20
2.10.	A luta pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.....	24
2.11.	As Conferências Internacionais da ONU sobre as mulheres.....	25
2.12.	Empoderamento da mulher.....	25
2.13.	Ponto de situação da pobreza em Moçambique.....	27

2.14.	Empoderamento feminino em Moçambique	28
2.15.	Mecanismos e Políticas Institucionais para a Promoção da Igualdade de Género... 29	
2.16.	O Papel das Agências Doadoras.....	30
CAPITULO IV:		32
4.	APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	32
4.1.	Quadro de Instrumentos Jurídicos Domésticos sobre A Protecção da Criança.....	33
4.1.1.	Legislação.....	33
4.2.	Quadro de Políticas de Protecção da rapariga	38
4.3.	Ambiente Escolar	38
4.4.	Exercício e gozo de direito	41
4.5.	Saúde psicológica e desenvolvimento físico	41
4.5.1.	Plano Quinquenal do Governo	43
4.5.2.	Politica Nacional de Educação	44
4.6.	Factores da vulnerabilidade da rapariga	46
4.6.1.	Factores económicos.....	47
4.6.2.	Factores relacionados à “Modernidade”	47
4.6.3.	Factores socioculturais	48
4.6.4.	Os Casamentos Prematuros	48
4.6.5.	A globalização e o choque cultural.....	49
4.6.6.	Factores relacionados à estrutura familiar	50
4.6.7.	Factores relacionados ao ambiente escolar.....	51
CAPITULO V:		54
5.	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	54

5.1. Motivo de Desistência	54
5.2. A Influencia das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).....	56
5.3. Os Casamentos Prematuros	58
5.4. Influência da Família.....	59
5.4. Condições da Escola.....	60
CAPÍTULO VI.....	62
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
CONCLUSÕES	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS	72

CAPITULO I:

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge na sequência do cumprimento das exigências da culminação do Curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane.

A pesquisa compreende uma delimitação espaço temporal que se estende desde 2015-2019, e se circunscreve ao Ministério de Género, Criança e Acção Social. A escolha cronológica deveu-se ao facto de ter sido o período acima indicado como o em que o Ministério do Género, Criança e Acção Social elaborou e participou em vários fóruns sobre a reflexão da igualdade de género em Moçambique. Trata-se de um período de tempo suficiente para um pequeno balanço sobre a igualdade de género no País, e escolheu-se para o efeito o Ministério em referência pelo facto de ser o que lida com assuntos atinentes ao tema formulado.

Os pontos que a pesquisa irá desenvolver, podem ser designados por estrutura da dissertação, que consta de 6 capítulos:

Sendo o *primeiro capítulo* desta Dissertação destinada à introdução, que apresenta a contextualização, delimitação do título de pesquisa, problema de pesquisa, justificativa da escolha do tema, objectivos de pesquisa, objectivo geral, objectivos específicos e perguntas de pesquisa.

O *segundo capítulo* aborda a metodologia usada para o alcance dos objectivos da pesquisa, tipo de pesquisa, o método científico, procedimentos e instrumentos, amostra e tamanho de dados, análise e interpretação dos dados e as considerações éticas.

O *terceiro capítulo* reserva-se ao enquadramento teórico e conceptual, onde serão descritos o quadro teórico que norteará a pesquisa e conceitos considerados chave para a compreensão do objecto de pesquisa, nomeadamente o Género, igualdade de género, assim como alguns estudos empíricos relacionados ao tema.

O *quarto capítulo* apresenta os resultados encontrados nos relatórios, documentos nacionais e internacionais referentes a situação do género com foco para Moçambique.

No *Quinto Capítulo*, reservamos para a descrição e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, a partir de categorias construídas com base nos objectivos e na pergunta de partida e interpretada à luz da revisão da literatura. Apresenta a interpretação de dados obtidos através das entrevistas elaboradas.

No *Sexto Capítulo*, discutimos os dados encontrados a través do seu cruzamento com a literatura proposta.

E finalmente apresentamos a conclusão obtida na pesquisa e bem como as suas recomendações.

1.1. Contextualização

O estudo aqui apresentado insere-se na área de Desenvolvimento, a partir do contributo do género no contexto dos objectivos do Desenvolvimento sustentável. Foram analisadas as reformas do sector de acção social levadas a cabo pelo Governo de Moçambique, com o intuito de tornar a sua máquina administrativa mais inclusiva com o reconhecimento e valorização do género na Função Pública. Para uma melhor abordagem retratou-se o feminismo no contexto africano e a posterior os elementos do género em Moçambique.

Para MacFadden apud Telo, um ponto de partida útil para qualquer discussão do feminismo em África é defini-lo como sendo a luta das mulheres contra o controle patriarcal e a sua exclusão. As mulheres africanas têm se engajado nesta luta quer como indivíduos quer em coletividades, há milênios. Este engajamento, prossegue MacFadden, é a mais antiga expressão da resistência contra a injustiça na narrativa humana, embora menos conhecida ou reconhecida. A luta contra a apropriação de sua integridade e personalidade não se restringe às chamadas sociedades desenvolvidas, nem é peculiar às

experiências de mulheres que estão fixas em uma determinada localização geográfica do planeta.¹

Para o contexto nacional, desde a transição para um regime multi-partidário e uma sociedade pluralista nos inícios dos anos de 1990, Moçambique tem uma sociedade civil jovem, mas dinâmica. A liberdade de associação e expressão é legalmente protegida e a Lei da Imprensa é muitas vezes considerada como uma das mais liberais da África Austral. A maior parte das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) está afiliada ao LINK, uma organização-chapéu de OSCs activas em Moçambique.²

De 1980 a 1992 Moçambique viveu uma guerra civil prolongada entre o Governo dirigido pela FRELIMO e um movimento da oposição dirigido pela RENAMO. A guerra devastou as infra-estruturas do País, em particular nas áreas rurais. A destruição das instalações de saúde e escolas tem um impacto particular nas mulheres, cujo encargo pelos cuidados aumentou, uma vez que foram privadas de instrução/educação. Em 1997, quase um em cada quatro agregados familiares (23.2%) era chefiado por uma mulher.

As desigualdades entre os homens e as mulheres, ou seja, as desigualdades de género, expressam-se através de estereótipos e preconceitos transmitidos entre gerações e práticas discriminatórias que conduzem mulheres e homens, meninas e rapazes a gozarem de diferentes oportunidades e conseqüentemente de terem níveis diferentes de participação no processo do desenvolvimento e na esfera de tomada de decisão.³

Este facto relega as mulheres para o segundo plano e lhes impõe a ser menos alfabetizadas, menos formadas, sujeitas aos factores de riscos para a sua saúde e menor acesso aos meios de produção.

Nas abordagens sobre desigualdades sociais em Moçambique constata-se que a mulher constitui, frequentemente o actor mais fraco, particularmente no que respeita ao

¹ TELO, H.K. (2007). *Evolução do Feminismo em africa*. Acesso em <http://anpad.org.br/rac>

² ESPECIAL, G.Z. (2004). *A Liberação das Direitos do Género Feminino: Africa Austral* Cadernos de estudos africanos. Mapondo, v.20, n.2, p.71-99;

³ ANDRADE, M. (2001). *Introdução a Metodologia do Trabalho Científico*. 5ª Edição, Atlas: São Paulo, p.8

acesso a recursos, como rendimento ou terra, ou mesmo o nível da participação cívica e comunitária. Apesar das mulheres rurais realizarem muitas horas de trabalho na actividade agrícola, em termos de acesso e controlo de bens, tecnologias, insumos e serviços necessários para o desempenho e facilitação dessas tarefas, elas aparecem desfavorecidas.⁴

A falta de segurança das mulheres em relação à posse da terra, a concentração dos serviços de extensão na figura masculina, as barreiras para a obtenção do crédito comercial e outras formas de discriminação constituem factores determinantes para colocar a mulher no círculo vicioso de baixo rendimento, baixa produtividade, cargas laborais elevadas e saúde deficiente.⁵

A mesma constatação foi obtida por Tomacane (2019:18) quando refere que, as relações sociais figuram como um dos principais mecanismos de reprodução hierárquica e submissão às mulheres, definindo os tradicionais papéis para ambos sexos. O sistema consuetudinário continua sendo o principal sistema de gestão terra. A mulher tem apenas, direito ao acesso à terra para produção no seio familiar ou através do casamento, entretanto, o controlo e o processo de transferência desta ainda cabe ao homem, apesar de elas serem atores-chave em toda cadeia de actividades produtivas, garantindo além da segurança alimentar das suas famílias a sustentabilidade da economia rural. Contudo, as normas consuetudinárias caracterizadas por um conjunto de estereótipos culturais condicionam as mulheres, o gozo pleno dos direitos fundiários.⁶

Os rendimentos baixos e incertos das mulheres estruturam-se noutros factores sócio-económicos e culturais, muitos dos quais são importantes para compreender a sua vulnerabilidade.⁷

⁴ MINISTÉRIO DO GÉNERO E AÇÃO SOCIAL. (2006). *Relatório de Progresso do Género Feminino em Moçambique*

⁵ MOSCA, J. (2019). *Pobreza, Economia “Informal”, Informalidades e Desenvolvimento*. Maputo, n.2, p.18-31

⁶ TOMACANE, A. (2019). *Desafios das Mulheres no Acesso, Posse e Controlo da Terra: O Caso das Comunidades do Posto Administrativo de Maluana, Distrito da Manhiça (2016-2018)*.

⁷ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (2011). *Relatório anual*. W. DC, P.208

1.2. Problema

Existem em Moçambique programas e planos que têm como objectivo aliviar a pobreza e minimizar as desigualdades existentes no seio da população (como PARPA3 I, II, Agenda 2025, Plano Estratégico, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM, entre outros). Em alguns indicadores, como a expansão dos serviços primários, notam-se alguns avanços, mas, para outros, os progressos são muito lentos. Esta morosidade também impede que se atinjam os objectivos de igualdade de género no acesso aos recursos.⁸

Especificamente, o sector da educação, continua a ser um dos pilares importantes para a inserção da mulher na vida política, económica e social, segundo os objectivos do milénio para Moçambique 2010.

Por outro lado, ASDI, refere que os conceitos de ‘género’ e ‘igualdade de género’ são instrumentos fundamentais para descrever e analisar as desigualdades entre homens e mulheres. Por serem moldadas pelas normas culturais, sociais, económicas e políticas, as relações de género são construções essencialmente dinâmicas. Assim referem-se a relações sujeitas a mudanças, tornando possível transformar as relações de género e alcançar uma maior igualdade entre homens e mulheres. Contudo, quando os indicadores básicos do desenvolvimento humano são desagregados por sexo, torna-se claro que muitas mulheres em Moçambique estão em desvantagem comparando com os homens, isto é, são incapazes de participar na íntegra no desenvolvimento social, económico e político do País.⁹

Dados estatísticos demonstram que, embora de uma forma geral, se procure que as mulheres sejam as principais beneficiárias de programas de alfabetização para adultos, de acordo com dados censitários no meio rural, a mulher continua a apresentar taxas de alfabetização muito baixas (22,6%), quando comparadas com as dos homens (54,7%).¹⁰ O maior problema identificado para desenvolver esta pesquisa, portanto, foi de Moçambique

⁸ SARMENTO, R.D. (2011). *Evolução da Pobreza em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, P.66

⁹ ASDI, F. (2006). *Reflexão Moçambique no Pós-independência*. Maputo, n.2, p.18-31;

¹⁰ CHIPEMBE. G. (2011). *Análise do índice de Alfabetização em Moçambique*. Maputo, n.5, p.13-16

continuar a ter um evidente desequilíbrio de género sobretudo no que diz respeito à educação da mulher rural.

1.2.1. Pergunta de pesquisa

Perante este cenário, foi implementado, como medida estratégica, o Programa denominado Apoio ao Plano de Acção para o Avanço da Mulher. Daqui, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Quais têm sido os efeitos deste Programa implementado por parte do Ministério do Género Criança e Acção Social com relação à atenuação das desigualdades entre homens e mulheres, principalmente em âmbito educacional?

1.3. Hipóteses de Estudo

Como resposta provisória à questão de pesquisa anteriormente formulada, a hipótese desta pesquisa é a seguinte:

H₁ - O Programa de Apoio ao Plano de Acção para o Avanço da Mulher conseguiu contribuir na redução da desigualdade de género graças ao estabelecimento de redes com sujeitos da Sociedade Civil comprometidos com a causa dos Direitos da mulher.

1.4. Objectivos do Estudo

1.4.1. Objectivo Geral

- Compreender os resultados das políticas estratégicas do Ministério do Género, Criança e Acção Social na óptica da redução das desigualdades de género.

1.4.2. Objectivos Específicos;

- Verificar o grau da implementação do projecto intitulado "Apoio ao Plano Nacional de Acção para o avanço da Mulher" desenhado pelo Ministério de Género, Criança e Acção Social e seus impactos no que diz respeito à redução da desigualdade com base no género;

- Analisar se o Programa acima descrito conseguiu criar alianças com componentes importantes da sociedade civil, tais como lideranças comunitárias formais e informais, Organizações da Sociedade Civil, Confissões Religiosas, entre outras, na perspectiva de favorecer uma postura não-violenta para com a mulher.
- Identificar os avanços feitos graças ao programa no que toca à educação das raparigas.
- Identificar os desafios que ainda continuam na sociedade moçambicana quanto às violências e demais comportamentos por parte dos homens com relação à vida das mulheres;

1.5. Justificativa

Afigura-se interessante pesquisar o tema que versa sobre os desafios da igualdade de género em Moçambique, na medida em que o tema se relaciona com uma das preocupações da comunidade Internacional e nacionais em valorizar a mulher como um ser igual ao homem que merece gozar de todas as oportunidades sociais.

Não obstante a isso, a relevância e a necessidade do estudo sobre o tema escolhido para este trabalho, justifica-se pela pertinência de trazer informação que irá ajudar a compreender a problemática das desigualdades entre os homens e as mulheres e procurar possíveis soluções, uma vez que são as mulheres que se ressentem das desigualdades em Moçambique.

Nesta vertente o marco temporal escolhido para o estudo ganha relevância científica pelo facto de ter sido o período em que o Ministério do Género, Criança e Acção Social, elaborou e participou em vários fóruns sobre a reflexão da igualdade de género em Moçambique. Assim sendo, pretende-se saber que mecanismos foram criados, que progressos foram alcançados e quais são os desafios para o alcance da igualdade de género em Moçambique.

A pesquisadora deste trabalho, julga que, de forma conjunta a Sociedade Civil, jovens, académicos e adolescentes podem encontrar soluções para descortinar e desconstruir as desigualdades existentes entre os homens e mulheres; os midias podem contribuir para que a igualdade do género tenha o seu relevo, através da disseminação da informação ligada a valorização da mulher.

Ademais, a igualdade de género deve ser um foco de principal debate na sociedade, pois na família urge a necessidade de desconstruir a ideia de que deve existir dominação entre o homem e mulher.

Outra motivação da escolha do tema visa buscar ou colher sensibilidades de infomantes-chave de modo a encontrar mecanismos viáveis para pôr fim as desigualdades de género. Neste sentido, a pesquisa vai contribuir e aprofundar os factores que impedem para uma igualdade efectiva.

Para Instituições de ensino, estudantes de várias escolas, leitores, aos Parceiros e a Sociedade civil, o estudo vai despertar atenção para a necessidade da observância da igualdade para os direitos iguais entre os homens e mulheres. Igualmente irá contribuir na tomada de decisão para os legisladores no sentido de aplicar todos instrumentos e vários protocolos internacionais assinados com vista a reduzir as desigualdades. Espera-se que o estudo venha mostrar existência de soluções que começam pelo conhecimento da realidade e criar mecanismos apropriados para o efeito.

CAPITULO II:

2. METODOLOGIA

Neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa. Para elaboração de um trabalho de pesquisa torna-se necessário definir quais os procedimentos metodológicos a utilizar, de forma a compreender-se melhor a natureza do estudo, as técnicas de colecta de dados e possíveis limitações.

2.1. Natureza de Pesquisa

Quanto à natureza, a presente pesquisa é aplicada, com uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa visa entender um fenómeno, através da avaliação, compreensão e classificação dos processos dinâmicos em volta da cooperação face ao alcance dos objectivos da Igualdade de Género em Moçambique.

A presente pesquisa delineiou-se em estudos de avaliação de um conjunto de programas que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados dos Desafios da Igualdade de Género em Moçambique ou método específico de actividades ou serviços sociais.

Devido ao tipo e nível deste estudo, aplicou-se entrevistas semi-abertas para obter informações mais introspectivas em relação aos laços entre os dois países na área de educação, que é bastante empregue em “situações experimentais, com o objectivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas” por “grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica”.¹¹

2.2. Variáveis de Pesquisa

Variáveis de estudo (Igualdade, Género e Acção Social).

¹¹ GIL, A. C. (2008). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. 6ª ed São Paulo, Editora Atlas

As variáveis que foram desenhadas para a pesquisa permitiram a pesquisadora desenhar o roteiro das perguntas para a obtenção de informações do lado dos entrevistados.

2.3. População e Amostra

Tratando-se de um estudo qualitativo houve necessidade de recorrer a informações por via das entrevistas que sustentaram as constatações obtidas na pesquisa. Assim, foram escolhidos os gestores das instituições que lidam no seu dia-a-dia com matérias ligadas a educação e Género, algumas estudantes de sexo feminino e mulheres que ocupam cargos na tomada de decisão.

É daí que a presente pesquisa teve a seguinte estrutura amostral, de tipo intencional: foram entrevistados raparigas que frequentam a 12ª Classe na Escola Secundária Josina Machel e gestores que ocupam cargos de chefia que variam entre Chefe de Departamento e Director Nacional, para colher sua opinião em relação a inclusão na tomada de decisão.

2.4. Aspectos éticos

Tratando-se de um estudo que envolve pessoas, foram observadas as seguintes questões éticas:

- Solicitação de credenciais da Faculdade de Direito para apresentação junto aos serviços seleccionados para o estudo;
- Uso de plataformas digitais para facilitar as entrevistas (devido à necessidade de isolamento face à COVID-19)
- Garantia de anonimato através da omissão da identidade dos participantes na entrevista e na presente dissertação;
- Garantia da confidencialidade dos resultados da pesquisa, sendo apenas apresentado em dissertação e em defesa pública.

CAPITULO III:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão apresentados o enquadramento teórico e conceptual do trabalho. Além de destacar algumas teorias de referência, serão também clarificados os conceitos fundamentais com que a pesquisa foi desenvolvida, entre os quais o de género e igualdade de género.

2.1. Género

Existem múltiplas formas de teorizar o género em psicologia, muitas delas contraditórias. A maior parte da investigação psicológica preocupa-se com o género em dois níveis inter-relacionados. Em primeiro lugar, a nível social, o género é um sistema de categorização social, que simultaneamente informa os indivíduos sobre a importância do género e a sua origem e fornece-nos informações sobre formas apropriadas de viver como pessoas com género.

Em segundo lugar, a nível individual, existe a experiência pessoal e a expressão do género – o sentido que as pessoas têm de si mesmas como seres de género, a forma como representam as suas vidas de uma forma de género. Atravessando estes diferentes níveis estão três modelos principais da origem e do significado do género. Descrevemos esses modelos aqui e depois discutimos alguns com mais detalhes nas seções subsequentes (Moynihan, 2005).

Gênero como natureza. Aqui, género é usado para se referir ao sexo do nosso corpo e/ou a traços de personalidade masculino/feminino. Esta é uma explicação de base biológica, onde nossas personalidades, desejos, necessidades, habilidades, crenças e assim por diante resultam de hormônios, genes ou algum outro fator biológico. Antes da década de 1970, esta era a estrutura dominante para pensar sobre o género, mas ainda aparece frequentemente sob várias formas, especialmente no campo da psicologia evolucionista. (Marshall, 2002) Em completa contradição com o seu significado inicial, o termo “género” passou a ser usado como substituto do termo “sexo”, para se referir ao corpo biológico –

como na pergunta “qual é o seu género, homem ou mulher? fêmea?” Esta é uma visão essencialista do género, o que significa que o género é uma característica fixa e estável da pessoa ou da sua personalidade – a sua natureza – desde o nascimento até à morte, e não muda dependendo do contexto ou situação. Género é o que você é (Kitzinger, 1994).

Gênero como construção social. Esta é a maneira mais desafiadora pela qual o género é teorizado e a base de grande parte do trabalho crítico da psicologia em torno do género que discutiremos mais adiante. Refere-se a um conjunto complexo de ideias sobre género que questionam os pressupostos fundamentais tanto dos quadros de natureza como de criação. A abordagem construcionista social afasta-se de qualquer ideia de género como um fenómeno natural. Em vez disso, o género é visto como uma construção social, específica de um período histórico sociocultural específico, um resultado do conhecimento cultural partilhado e do uso da linguagem (Bohan, 1997) e não de processos psicológicos ou biológicos internos. Vale a pena notar dois componentes-chave das explicações construcionistas sociais do género: o anti-essencialismo e a categorização social.

O anti-essencialismo significa que o género não é visto como uma característica estável e permanente dos indivíduos, como algo que reside dentro dos indivíduos como parte da biologia ou da personalidade. Em vez disso, o género é teorizado como um sistema de categorização social não natural, que dá prioridade e enfatiza a diferença de género. As categorias de masculinidade e feminilidade não são vistas como resultantes naturalmente da diferença biológica entre corpos “masculinos” e “femininos”, mas como produtos sociais, resultantes da sociedade (Rights of Women, 1997). Alguns construcionistas sociais veem a ideia de que existem dois tipos de corpos sexuais e dois tipos de pessoas com género diferentes entre si, como uma ideologia poderosa que molda a realidade, em vez de uma que simplesmente reflete a realidade. Neste sentido, acreditamos que existem dois sexos porque o mundo que nos rodeia reflecte continuamente esta ideia e nos diz que é assim (e nós, por sua vez, participamos na reprodução desta ideia). Dentro desta abordagem, género é o que você faz, e não algo que você tem ou é.

Os indivíduos fazem – “actuum” – o género nas nossas vidas e interações. No entanto, ainda “percebemo-nos como intrinsecamente ligados ao género porque o género infunde

tão profundamente a nossa experiência” (Bohan, 1997: 40, ênfase adicionada) através do poder das normas sociais.

2.2. Conceito de Igualdade de Género

A teoria, o conceito e a política da igualdade de género podem ser entendidos como parte da luta histórica a longo prazo pela igualdade e pela democracia, mas com foco na igualdade e na democracia entre mulheres e homens, e nos géneros de uma forma mais geral. A referência à democracia é evidente na política de representação política igualitária, embora frequentemente vista em muitas sociedades e períodos históricos como aplicável apenas a homens adultos. A igualdade de género envolve não só a representação política e a liderança política, por exemplo, através de eleições parlamentares, mas também direitos e oportunidades em todos os sectores da sociedade, incluindo a participação económica, a tomada de decisões, a valorização de comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres, homens e outros géneros, e liberdade de violência. Assim, a elaboração da igualdade de género está intimamente alinhada com o desenvolvimento da cidadania de género, vista como inclusiva dos direitos políticos e económicos, do acesso e da pertença, para além de abranger direitos e obrigações. À luz das exclusões e marginalizações históricas das mulheres, a plena inclusão das cidadãs exige abordar as estruturas básicas da desigualdade de género em todas as sociedades, por exemplo, as questões do cuidado, da dependência e da interdependência nas esferas pública e privada e entre elas, e as suas inter-relações (Hearn & Husu, 2016).

2.3. Género como questão Social Crítica – Igualdade do Género

O género é um sistema de categorização extremamente importante, influente e complexo que tem consequências profundas na vida de todos – aqueles que sempre o notam, porque não se enquadram nas suas competências, e aqueles que praticamente nunca o notam, porque o fazem. Pense na última vez que você preencheu um formulário solicitando dados pessoais (por exemplo, por motivos médicos ou de seguro) (Mustin e Marecek, 1988). Provavelmente, esperava-se que você marcasse “masculino” ou “feminino”. Muitos de vocês, como nós, marcaram uma caixa sem pensar. Em contraste, alguns de vocês podem

ter ficado angustiados sobre qual caixa marcar, talvez desejando outra opção, já que nenhuma das opções lhes permitiu ser fiéis à forma como se veem. A escolha forçada foi mais um exemplo de lembrete de que você não “se enquadra” neste sistema de categorização de um ou outro.

O gênero é uma questão social crítica porque está associado a várias desigualdades sociais, exclusões e à experiência de abuso. Ideias sobre comportamento apropriado ao gênero estruturam as práticas mais sujas das pessoas, como se você usa banheiros públicos com ou sem mictórios, se você desnuda ou não o peito na piscina local, se você compra perfume ou loção pós-barba, e se você abotoa a roupa suas camisas da esquerda ou da direita. O gênero é um forte indicador de como seu comportamento é julgado e de quanto seu tempo e trabalho são valorizados. No mundo ocidental, apesar das reformas legislativas, a desigualdade salarial baseada no gênero permanece. As mulheres em famílias heterossexuais ainda realizam esmagadoramente a maior parte do trabalho doméstico e parental. Embora alguns homens participem mais no trabalho doméstico e no cuidado dos filhos, estes homens normalmente consideram-se, e são vistos pelos outros, como “ajudantes”.¹²

Na maioria dos casos, mesmo quando as mulheres e os homens realizam quantidades iguais de trabalho doméstico, as mulheres mantêm a responsabilidade geral de decidir quais tarefas precisam ser executadas (Dryden, 1999). A questão é que, embora tenha havido mudanças sociais significativas nos últimos 30 anos, e apesar protestos de que “as coisas são iguais agora”, as vidas das mulheres e dos homens continuam a ser moldadas por expectativas e oportunidades bastante diferentes.

Outro exemplo da influência do gênero é que o nosso sexo/gênero é crucial para determinar a probabilidade de praticarmos ou sofrermos violência. As mulheres têm muito mais probabilidade do que os homens de serem sujeitas à violência sexual e à violência física no contexto de relações heterossexuais. Embora muitos homens sofram violência física e

¹² Golombok, S., Spencer, A., and Rutter, M. (1983). Children in Lesbian and SingleParent Households: Psychosexual and Psychiatric Appraisal. *Child Psychology and Psychiatry*, 24, 551-572.

sexual, esta resulta normalmente de outros homens. As pessoas que transgridem as normas de género, como as pessoas transexuais, também têm grande probabilidade de sofrer uma ampla gama de vitimizações, que vão desde o assédio nas ruas até à agressão sexual (Hill e Willoughby, 2005). Contudo, as normas de género não marginalizam simplesmente certos grupos (por exemplo, mulheres; pessoas transgénero); também privilegiam determinados grupos (por exemplo, homens; pessoas que cumprem as normas de género).

2.4. Igualdade do género em África

Vivemos em um mundo onde a igualdade humana se tornou a ordem do dia, vários governos órgãos internacionais e organizações não-governamentais têm observado de perto o equilíbrio ao determinar o acesso a privilégios e oportunidades, independentemente de raça, tribo e barreiras de género, entre muitos outros.

Entre as discussões predominantes que receberam atenção significativa nos escritos académicos está a questão de género em África. Obras volumosas argumentam que em África as relações de género são piores porque há desigualdades no acesso a economia, política e mudanças sociais entre homens e mulheres (Anunobi, 2002; Atanga, 2013). Isto tem sido muito associado à presença e ao domínio do poder patriarcal. Sistema ligado às tradições culturais africanas pré-coloniais, que oprimiam e marginalizavam as mulheres de privilégios de acesso. Assim, as desigualdades de género prevaletentes na contemporaneidade em África evoluíram a partir de tais tradições, que ainda têm raízes profundas na vida quotidiana africana.

Foi a partir desse vácuo que foram realizados esforços desde o nível local até ao nível global para abordar a situação como um impulso para alcançar as desejadas sociedades livres e democráticas no continente. As feministas e internacionais órgãos (Atanga, 2013) apoiaram pesquisas que identificam todos os vícios das desigualdades entre homens e mulheres em África como trampolim para dizimar os sistemas patriarcais nas vidas africanas.

Davison (1988), no seu estudo, argumenta que a concepção das desigualdades de género em África no que diz respeito às tradições de vidas passadas dos africanos é uma mera

criação recente, que não tem nenhuma realidade e existência histórica particular no continente. A opinião deste estudo é que activistas e investigadores conceberam mal as relações de género africanas pré-coloniais, que foram estruturadas em termos de especialização e divisão do trabalho, e que as identidades de género eram critérios determinantes importantes num tal sistema. A colocação de um género em um determinado a especialização e o trabalho eram justos, pois ninguém reclamou do sistema durante sua vida. Portanto, aplicar a linguagem das desigualdades de género, traçando a sua génese até às vidas africanas pré-coloniais, é usar conotações presentes conforme entendidas no mundo moderno “que não tem significado exacto ao abordar as vidas passadas. Este estudo também argumenta que a vinculação da questão das desigualdades na história das relações em África, cujas raízes remontam às vidas tradicionais africanas, é uma conspiração que visa devastar a cultura africana em processo de reocidentalização.

Em África, os movimentos contra os sistemas patriarcais receberam atenção nas últimas décadas do século XX com estudiosos como Marjolie Mbilinyi Mama Amina e Sylvia Tamale sendo a linha de frente do movimento (Tamale, 2006). Várias conferências foram organizadas para discutir como melhorar as condições de vida das mulheres confrontando as redes de acesso envoltas no sistema patriarcal (Carta Feminista Africana, 2006).

Paralelamente, as publicações de investigação que abordam as condições das mulheres têm sido impulsos importantes na luta contra as desigualdades de género em África (Tamale, 2006; Henry, 2018). As organizações não-governamentais e internacionais têm sido agitadores vitais, fornecendo dados imperativos para informar o mundo sobre o contexto das questões de género no continente (Meena, et al., 2018). No entanto, o indivíduo africano os Governos fizeram alguns esforços para devastar o problema como um meio de alcançar os direitos humanos universais agendas. Em oportunidades de emprego, cargos políticos, acesso a serviços sociais e empreendedorismo feminino o empoderamento tornou-se um *slogan* sonoro para dizimar as desigualdades (ver Linda, 2014, p.30; Henry, 2018, p.7-8). Embora (Meena, et al., 2018, p.1) afirme que o ritmo para imponderar as mulheres ainda é baixo contrariamente às expectativas, uma vez que a dominância masculina ainda é elevada.

2.5. Teoria de Mudança

Há duas teorias dominantes sobre a formação da identidade de género. A teoria da identificação, que pressupõe uma aprendizagem inconsciente, e que está fortemente ligada a *Sigmund Freud*. Ela pressupõe que a criança se identifique com o progenitor do mesmo sexo e dá particular relevo à relação entre a criança e a família. De acordo com esta teoria, a mudança dos papéis de género e o fim da desigualdade com base nos sexos só pode acontecer se a estrutura familiar for transformada. Esta teoria, apesar de ser talvez a mais influente, é também a mais controversa, pois Freud “

(...) parece identificar demasiado estreitamente o género com a consciência genital, estando certamente envolvidos outros factores mais subtis”(Guarnieri, 2010).¹³

Senão vejamos, deixando de lado as famílias mais conservadoras onde as expectativas de género são muito vincadas, no caso de uma família monoparental, onde a mãe trabalha, passa mais tempo fora de casa e tem menos tempo para dedicar à família, a filha pode não seguir este modelo e desejar para si, como objectivo de vida ser mãe e esposa, em ruptura com o modelo familiar em que está inserida mas de acordo com modelos e expectativas sociais mais estáveis e sólidos que lhe são transmitidos através de outros agentes de socialização de género.¹⁴

2.6. Papéis Sexuais e Identidade de Género

Para melhor compreender a desigualdade de género é fundamental conhecer os diferentes papéis de género associados ao masculino e ao feminino. O conceito de género é

¹³ GUARNIERI, T. H. (2010). *Os direitos das mulheres no contexto internacional- da criação da ONU (1945) à conferência de Beijing (1995)*. Revista Electronica da faculdade metodista Granbery, 40.

¹⁴ SANTOS, C.G. (2009). *Microcrédito e Pobreza: um diálogo possível?* RAC, 15. Acesso em <http://anpad.org.br/rac>

mais abrangente. Género está institucionalizado e faz parte da estrutura social que condiciona as relações de homens e mulheres, a vários níveis.¹⁵

Segundo Ferrari, a Teoria das Capacidades de Amartya Sen deu origem ao conceito de desenvolvimento humano preconizando a ampliação das escolhas das pessoas, para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. No entanto, as desvantagens que as mulheres enfrentam são uma importante fonte de desigualdade e uma das maiores barreiras ao progresso do desenvolvimento humano. Atualmente, existem poucos índices mundiais que retratam a desigualdade de gênero em suas múltiplas dimensões, os quais vão além da renda e avaliam privações políticas e sociais. Além disso, ao que tudo indica, nenhum índice retratou a desigualdade de gênero sob a ótica da eficiência.¹⁶

Para Martins, Sen surge com uma perspectiva de desenvolvimento até então nunca vista e parte de uma abordagem denominada por ele como abordagem das capacidades. De acordo com ele, o desenvolvimento deve ser visto como liberdade, sendo esta considerada tanto como fim quanto como meio para o desenvolvimento. O bem-estar, objetivo do desenvolvimento, reside na liberdade, na capacidade de ser livre para poder escolher, fazer ou deixar de fazer coisas que se queira, reside na obtenção da condição de agente de sua própria vida.

2.7. Socialização de Género

Se consideramos o género como social e enraizado nas instituições sociais, os comportamentos e atitudes considerados adequados ao feminino e ao masculino são assim interiorizados de acordo com as sanções e as expectativas sociais e o processo de

¹⁵ ALMEIDA, J. F. (2013). *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais

¹⁶ FERRARI, G. (2020). *Conceito e Análise da Teoria das Capacidades de Amartya Sen*

socialização é viabilizado através dos agentes de socialização, instituições como a família, a escola, a religião, a economia e o Estado.¹⁷

Ainda o mesmo autor (Pg. 22) refere que, “Muitos autores afirmam que a socialização de género não é um processo inerentemente harmonioso; diferentes agentes, como a família, a escola e o grupo de amigos, poderão entrar em conflito entre si.” É certo que as pessoas não são agentes passivos perante as influências sociais, mas todos somos expostos a padrões e modelos de género cujas expectativas acabamos por melhor ou pior cumprir por forma a construir uma identidade de género que nos sirva de referência no grupo social a que pertencemos, ou seja, uma definição pessoal de nós próprios baseada naquilo que significa para cada um ser homem ou mulher.

Quanto ao continente africano, a cultura, evolução e história das mulheres africanas reflectem a evolução e a história do próprio continente africano. Vários estudos curtos sobre a história das mulheres nos países africanos foram realizados.

O status das mulheres na África varia entre nações e regiões. Por exemplo, o Ruanda é o único país do mundo em que as mulheres ocupam mais da metade dos assentos no parlamento 51,9% até Julho de 2019, mas Marrocos só tem uma ministra em seu gabinete. Esforços significativos em direcção a igualdade de género foram feitos através da criação da carta africana dos Direitos Humanos e dos povos, que incentiva os Estados membros a acabar com a discriminação e a violência contra as mulheres.¹⁸

2.8. Pobreza relacionada ao género

Segundo a definição de Ringen, um indivíduo é pobre quando tem um baixo nível de vida, significando a privação do modo de vida por causa da insuficiência de recursos. Simplificando, alguém é "pobre" quando tem um baixo padrão de vida e um baixo rendimento. A pobreza pode definir-se com base em 2 conceitos: insuficiência material e

¹⁷ GIDDENS, T.N.F. (2005). *O Microcredito como Ferramenta de Geracao de Rendimento para os Microempreendedores: uma analise aplicada ao caso português*. (Dissertacao de mestrado da Universidade Lusofana de Humanidades e Tecnologias, Lisboa).

¹⁸ ROUSSEAU, J. (1992). *Milliet. Rio de Janeiro*: Bertrand Brasil, p. 423.

insuficiência não-material. Por insuficiência material compreende-se os baixos rendimentos e conseqüentemente, o baixo consumo. A insuficiência não-material engloba a falta de acesso à saúde e ao ensino, a falta de oportunidades económicas, exclusão social, vulnerabilidade e insegurança.¹⁹

Neste contexto, uma das principais causas deste está atrelada a fatores de ordem socioculturais, tais como a reduzida instrução, discriminação social relativa ao gênero ou à raça, valores predominantes na sociedade, exclusão social, crescimento muito rápido da população. Dentre varias podemos encontrar as seguintes: Fome; baixa esperança de vida; Doenças; Falta de oportunidades de emprego; Carência de água potável e de saneamento; maiores riscos de instabilidade política e violência; Emigração; Existência de discriminação social contra grupos vulneráveis; Existência de pessoas sem-abrigo; e Depressão económica. Estudos científicos, indicam que a pobreza pode ter um impacto tão negativo na saúde humana quanto doenças como obesidade, alcoolismo e hipertensão.²⁰

2.9. Dados históricos da mulher na sociedade

A mulher, ficou durante muito tempo à margem da sociedade que a considerava capaz de se dedicar unicamente as tarefas do lar. Antes de instalação do sistema colonial europeu, as mulheres africanas desempenhavam um amplo papel na tomada de decisões, evidentemente mais do que no período colonial ou no período da independência. Na era pré-colonial, estavam bem definidas as funções da mulher africana que tinha então um poder mais considerável do que nunca.²¹

Neste período a mulher providenciava alimentação dos seus, cuidava das culturas, preparava a terra e efetuava a sementeira e a colheita, fabricava utensílios domésticos, transportava a água e a lenha e cuidava dos bebés. Todas as atividades ligadas à agricultura, manutenção, confeção de alimentos e bebidas estavam-lhe confiados. A mulher

¹⁹ RINGEN, J. (2009). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99;

²⁰ UNFPA Moçambique. (2017). *Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial*. Acesso em <http://mozambique.unfpa.org/UNFPAsuplemento2017Pt>

²¹ UNFPA Moçambique. (2017). *Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial*. Acesso em <http://mozambique.unfpa.org/UNFPAsuplemento2017Pt>

desempenhava as tarefas de que dependia o bem-estar da família, enquanto o homem se dedicava à caça de animais grandes. O interessante é que ambos participavam nos ritos e atividades comuns da sua sociedade. O governo enquadrava pessoas de ambos sexos; a mulher era responsável pelos afazeres femininos e o homem responsável pelos afazeres masculinos e da comunidade em geral.²²

Assim, neste período, só os homens eram chamados a fazer certos trabalhos, servindo de mão-de-obra, e para o combate. A mulher foi ficando para trás, e o homem sentia-se importante e superior em relação a ela. A colonização favoreceu o domínio do homem sobre a mulher através da nova estrutura de poder, e as mulheres não estavam habituadas a este tipo de poder exclusivo que não existia na cultura africana. A direcção do governo baseava-se no sexo, assim, como a submissão às autoridades dominadoras. Também no campo político, a mulher era marginalizada.

A história da humanidade faz constatar que universalmente a mulher foi considerada como um ser inferior, sujeito ao homem, útil unicamente para a geração da prole e para os trabalhos domésticos. Foi construído um tipo de sociedade baseado na exclusão da mulher da participação dos processos de desenvolvimento.²³

Com o despertar das consciências e em contraposição a esta maneira de pensar e de agir que via a mulher como um ser socialmente inferior ao homem, surgiram diversos movimentos de emancipação da mulher e de defesa da sua dignidade. É neste contexto que se inscrevem as diversas conferências da ONU realizadas nas duas décadas, a Conferência de Beijing realizada em 1995, a Declaração do Género da SADC (1997), a Declaração Solene de Género em África (2004), o Protocolo Opcional à Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos Relativos à Mulher (2005) e o Protocolo da SADC sobre o

²² THE WORLD BANK. (2018). *Atualidade Económica de Moçambique: Redução na Pobreza, mas Aumento da Desigualdade*. Acesso em <http://worldbank.org/AtualidadeEconómicadeMoçambique:ReduçãonaPobreza,masAumentodaDesigualdade>

²³ PITANGUY, J. (2011). *Violencia contra a mulher: consecuencias socio-economicas*. Edicao Cepia/ ONU mulheres.

Género e Desenvolvimento assinado em 2008 e ratificado a 29 de Junho de 2010, visando contrariar todo o tipo de discriminação e injustiças contra a mulher.²⁴

O tema da mulher, conquistou, então, uma força nova na dimensão universal. A igualdade de direitos entre o homem e a mulher é uma das conquistas da época, fruto de luta de algumas mulheres corajosas e das transformações sociais, desde a industrialização ao humanismo, mas constatou-se, de fato, um contraste entre os direitos e práticas quotidianas: existia no mundo feminino uma certa subordinação ao homem. A mulher não conseguia conservar uma identidade própria e uma face social nas suas reivindicações, o que suscitou o antifeminismo na sociedade.

Movimentos feministas surgem e difundem-se por todo o mundo e em todas as sociedades. O grande desafio e trabalho urgente são sensibilizar a mulher sobre a condição de subordinação, situação difícil de enfrentar porque tinha assimilado “os elementos de uma cultura de influência masculina sem ter feito a experiência de descobrir a sua especificidade”.²⁵

As mulheres descobriram o seu ser pessoal, numa história interpretada por uma mentalidade unilateral; a sua consciência tornou-se mais crítica. A evolução das condições sociais, da mentalidade e dos costumes, da instrução, da legislação, tudo isto muda a imagem, a identidade e o papel da mulher que agora se torna questão de debate nestas mudanças que integram pessoas e estruturas num único fenómeno. Querendo emancipar-se, a mulher lançou-se nas atividades extra domésticas, pondo assim, o problema das funções de modo conflituoso. Só que esta atitude tomada pela mulher gera dupla consequência.²⁶

A mulher assume uma dupla responsabilidade caseira e extra doméstica, influenciada pela questão da divisão dos trabalhos realizados especificamente por mulheres e por homens. E é esta divisão de trabalhos o fator crítico da continua subordinação da mulher. A questão feminina abarca todos os setores da vida humana. Portanto, a mulher se

²⁴ THE WORLD BANK. (2020). *Moçambique: aspectos gerais*. Acesso em <http://worldbank.org/Mocambique:aspectosgerais>

²⁵ TVEDTEN, I. (2013). *Resumo de Políticas II: Género, Classe e Espaço em Maputo*.

²⁶ UNFPA. (2006). *Igualdade de género e empoderamento da mulher em moçambique*. UNFPA Moçambique.

manifesta, organiza-se, realiza grandes obras para mostrar que ela não é “menos capaz” que o homem.²⁷

Pinheiros, na sua pesquisa sobre a “participação da mulher”, sublinha a necessidade de ela se engajar na vida da sociedade para a autorrealização e desenvolvimento:

A Assembleia-Geral da Nações Unidas (ONU) proclamou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, teve em consideração a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, reconheceu a violência contra ela como um problema de direitos humanos e intensificou a ação para promover a igualdade entre o homem e a mulher. As Conferências Mundiais da cidade do México (1995), Copenhagen (1980) e da ONU contribuíram muito para o processo de eliminação dos obstáculos que travavam o melhoramento do status da mulher a nível mundial.²⁸

Depois da Declaração sobre a eliminação da discriminação feminina, mulheres de diversas confissões ideológicas, dispostas a realizar uma reflexão conjunta e um trabalho a favor da igualdade, do desenvolvimento e da paz, usam uma linguagem comum: “ser mulher e ter a experiência de o ser”. Este é o momento em que se inaugura uma das grandes mudanças da história da humanidade com um despertar progressivo e uma solidariedade feminina como carácter específico, para além das divergências das diferenças.

A emancipação da mulher não acontece alienando-a ou negando a sua especificidade, mas traçando um caminho a percorrer dentro de um processo que se enriquece com as suas experienciais antropológicas e históricas. A consciência hodierna da dignidade da mulher é fruto, ou melhor, de um trabalho que se desenvolve no âmbito social.

“Durante séculos, a mulher viveu numa situação de inferioridade em relação ao homem. Somente há poucas décadas é que começou o despertar da consciência feminina,

²⁷ *REDUÇÃO DA POBREZA ANÊMICA DENOTA FRACA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÓMICA*. (2016). Acesso em <http://worldbank.org/InclusãosocialeconomicaemMoçambique.2016>

²⁸ PINHEIRO, A. L. (2011). *Direitos humanos das mulheres*. Acesso em <http://ipea.gov.br/ouvidoria>

tendo a mulher iniciado a luta pela emancipação. Surgiram assim um pouco por todo o lado, nomeadamente nos USA e Europa movimentos de libertação da mulher”.²⁹

2.10. A luta pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres

A criação de novos instrumentos específicos em relação às mulheres, como a Declaração Sobre a Eliminação da Discriminação à Mulher em 1967 e a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 1979, a Plataforma de Beijing e outros acordos internacionais, têm sido importantes instrumentos de pressão sobre os governos para a implementação de mecanismos de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e mudanças nas relações de género ainda marcadas pelas desigualdades.³⁰

Portanto, os direitos humanos nasceram de um ponto de vista mundial que se baseia na opressão das mulheres e a sua condenação/confinamento ao domínio privado. Com essa privatização, as violações de direitos contra as mulheres tornaram-se invisíveis, esvaziadas do seu sentido público e, portanto, da sua significação política. É necessário, então, encontrar e definir na perspectiva das mulheres, algumas áreas ou questões de especial necessidade de atendimento. Justifica-se, assim, a necessidade de redefinir o conceito de direitos humanos sob uma perspectiva de género, a partir de uma leitura da realidade que torne visível a complexidade das relações entre homens e mulheres, revelando as causas e efeitos das distintas formas em que se manifestam estereótipos e discriminações. Esta necessidade culminou com a Declaração pela Organização das Nações Unidas dos 12 Direitos da Mulher, que se passa a explicar:³¹

²⁹ PITANGUY, J. (2011). *Violencia contra a mulher: consecuencias socio-economicas*. Edicao Cepia/ ONU mulheres.

³⁰ THE WORLD BANK. (2020). *Moçambique: aspectos gerais*. Acesso em <http://worldbank.org/Mocambique:aspectosgerais>

³¹ UNFPA. (2006). *Igualdade de género e empoderamento da mulher em moçambique*. UNFPA Moçambique.

2.11. As Conferências Internacionais da ONU sobre as mulheres

Estas iniciativas de reunir as mulheres de todos os ângulos da terra não surgem por acaso. Têm o objetivo de as levar a repensar juntas na situação feminina, no seu papel social e nos diferentes campos de ação; repensar, sobretudo, as injustiças e violências que a mulher vive, para abrir novos caminhos e construir um futuro melhor. Daí a necessidade da realização de grandes Conferências sobre a mulher, que tiveram um lugar significativo na sua história a nível internacional; foi também um momento em que se ganhou muita riqueza intercultural.³²

Antes da realização da grande Conferência de Pequim, houve uma intensa preparação de maneira a permitir uma participação produtiva por parte das mulheres africanas. Foram promovidas algumas Conferências a nível local e entre as mulheres do continente africano, orientadas pela Organização da Unidade Africana (OUA).

2.12. Empoderamento da mulher

O empoderamento da mulher é um conceito criado para definir ações e iniciativas que buscam delegar poder às mulheres, seja no mercado de trabalho, na comunidade, em espaços de debate ou mesmo em casa.

O Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define o empoderamento da mulher através de cinco elementos: a autoestima das mulheres; o direito de ter e determinar escolhas; o direito de ter acesso a oportunidades e recursos; ter o direito de ter o controlo sobre sua própria vida, tanto em casa, como fora de casa; e ter a capacidade de influenciar a direção de mudança social a nível nacional e internacional.³³

Os princípios de empoderamento das mulheres (WEPs) são um grupo de princípios para o meio empresarial que oferecem orientação sobre como delegar poder as mulheres no ambiente de trabalho e na comunidade. Eles são o resultado de uma colaboração entre a

³² UNFPA. (2006). *Igualdade de género e empoderamento da mulher em moçambique*. UNFPA Moçambique.

³³ ONU. (2010). *Princípios de empoderamento das mulheres*.

Entidade das Nações Unidas para igualdade de género e Empoderamento das Mulheres (ONU mulheres) e o Pacto Global das Nações Unidas.³⁴

Os princípios enfatizam o caso de negócio de ação corporativa para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, e se baseiam em práticas de negócios e insumos da vida real colhidos do mundo todo. Os Princípios de Empoderamento das Mulheres buscam apontar a melhor prática, trabalhando com a dimensão de género da responsabilidade, do Pacto Global da ONU e o papel do meio empresarial no desenvolvimento sustentável. Além de ser um guia útil para as empresas os Princípios procuram subsidiar outros stakeholders, incluindo os governos, em seu envolvimento com o meio empresarial.³⁵

São considerados princípios de empoderamento das mulheres:³⁶

- **LIDERANÇA:** estabelecer uma liderança corporativa de alto nível para a igualdade entre os géneros;
- **IGUALDADE DE OPORTUNIDADE, INCLUSÃO E NÃO DISCRIMINAÇÃO:** tratar todos os homens e mulheres de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação;
- **SAÚDE, SEGURANÇA E FIM DA VIOLÊNCIA:** assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar de todos os trabalhadores;
- **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO:** promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional para as mulheres;
- **DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E PRÁTICAS DA CADEIA DE FORNECEDORES:** implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de abastecimento e de marketing que empoderem as mulheres;
- **LIDERANÇA COMUNITÁRIA E ENGAJAMENTO:** promover a igualdade através de iniciativas comunitárias e de defesa;

³⁴ OMS. (2017). *Enfrentar o desafio da saúde da mulher em África*. Mocambique.

³⁵ MOSCA, J. (2019). *Pobreza, Economia “Informal”, Informalidades e Desenvolvimento*. O País. (2019).

³⁶ ONU. (2010). *Princípios de empoderamento das mulheres*.

- **ACOMPANHAMENTO, MEDIÇÃO E RESULTADO:** medir e publicar relatórios dos progressos para alcançar a igualdade entre géneros.

2.13. Ponto de situação da pobreza em Moçambique

O número de moçambicanos em situação de pobreza extrema terá aumentado entre 55 e 60 por cento desde 2015, ou seja, mais da metade da população é pobre, indica o Ministério da Economia e Finanças (MEF). Depois de recuos substanciais entre 1996 e 2014, a taxa de pobreza em Moçambique disparou nos anos subsequentes, devido a crise económica que empurrou muitas famílias para indigência.³⁷

Com base no índice de preços ao consumidor e dados do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar de 2014/15, o Ministério da Economia e Finanças calcula que o custo de uma cesta básica pode ter aumentado entre 55% e 70% no período de 2014 e 2016, reflectindo-se na taxa nacional de pobreza que terá subido entre 55 e 60% nos anos seguintes. Antes da crise, o índice de indigência situava-se nos 46,1%, ou seja, entre 10.5 e 11.3 milhões de pessoas em situação de pobreza absoluta, valores inferiores ao número de 12 milhões que se registava entre 1996/97. “Os resultados do nosso estudo fornecem elementos importantes para uma avaliação mais completa do impacto microeconómico da crise de 2015/16 e para uma análise da vulnerabilidade das famílias à mudança súbita de preços”, lê-se no relatório do MEF, consultado pelo “O País”.³⁸

Apesar do aumento do índice de pobreza, o relatório divulgado na página oficial do MEF, refere que os níveis de bem-estar da população moçambicana registam melhorias significativas, embora persistam desafios. “Contudo, estes avanços não ajudaram na convergência dos níveis de bem-estar entre as zonas rurais e urbanas ou entre regiões geográficas, e ainda persistem diferenças muito substanciais nos níveis de bem-estar. As condições de vida no Sul são muito melhores do que nas outras regiões, em quase a

³⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2019). *Relatório do Inquérito Nacional Sobre Agregado Familiar*. Acesso em: www.ine.gov.mz

³⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2019). *Relatório do Inquérito Nacional Sobre Agregado Familiar*. Acesso em: www.ine.gov.mz

totalidade das dimensões de bem-estar consideradas e de acordo com todos os métodos”, indica.³⁹

2.14. Empoderamento feminino em Moçambique

As palavras do ex-Presidente Samora Moisés Machel na Conferência da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) sublinhavam a libertação da mulher como uma necessidade fundamental para a revolução. Os movimentos de emancipação da mulher fortalecem a sua existência, apoiando os movimentos de libertação, no caso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O surgimento de movimentos feministas facilita este processo da emancipação da mulher para salvaguardar os valores que ajudam a manter a sua dignidade e a favorecer o seu desenvolvimento integral.⁴⁰

A mobilização política feita em alguns países africanos pelas mulheres também deu força ao processo da sua emancipação. O exemplo da Josina Machel (esposa do ex-Presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel) mostrou no concreto a importância do papel da mulher. Outra mulher que também demonstrou a força e o poder feminino no processo da emancipação foi Francisca Pereira de Cabo-verde, que, desde a independência, foi presidente de uma das oito regiões da Guiné-Bissau. Depois de um longo processo é que começou a integração das mulheres, embora muito poucas, no poder de decisão com tendência a dignificar o seu trabalho.⁴¹

Para alcançar a emancipação feminina, foi necessária a interferência dos próprios governos, elaborando uma série de leis que continham princípios e urgências para a educação formal e informal da mulher e para a sua independência económica.

³⁹ MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2016). *Estimativas e perfil da pobreza em Moçambique*.

⁴⁰ LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS. (2007). *Direitos das Mulheres em Moçambique*. Acesso em <http://www.idh.org.mz/direitosdasmulheresemMoçambique> (acessado em 12 de abril de 2020)

⁴¹ LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS. (2007). *Direitos das Mulheres em Moçambique*. Acesso em <http://www.idh.org.mz/direitosdasmulheresemMoçambique> (acessado em 12 de abril de 2020)

Samora Moisés Machel (1974), defende que “uma das Frentes principais de batalha para uma autêntica libertação do povo é a emancipação da mulher”. Daí que o combate para a libertação da mulher não cessou e não terminará enquanto ela não alcançar a sua verdadeira emancipação.

Hoje, com uma nova mentalidade, sente-se a urgência de integrar a mulher no processo de desenvolvimento humano, sendo a sua participação ativa considerada como indispensável. A emancipação da mulher através da educação é a base que lhe permite o acesso aos lugares decisórios e a sua contribuição consciente e responsável no desenvolvimento da sociedade. Através da educação, a mulher pode defender-se de todos os aspetos que ofuscam a sua dignidade.

2.15. Mecanismos e Políticas Institucionais para a Promoção da Igualdade de Género.

A instituição do Governo que tem actualmente o mandato de promover a igualdade de género é o Ministério do Género e Acção Social (MGCAS), foi criado no MGCAS a Direcção Nacional do Género através da Direcção, (DNG) responsável pela definição e promoção de diversos programas concebidos para prestar apoio material bem como para empoderar as mulheres. No entanto apesar de existir um ministério próprio para promover a igualdade de género, estas políticas devem ser abrangentes, envolvendo todo o aparelho do Estado, e não apenas um ministério que, trabalhando sozinho no assunto, não poderá ter nenhuma possibilidade de melhorar a situação.⁴²

Embora a DNG implemente algumas actividades, a sua função primária é manter ligações com Organização da Sociedade Civil (OSCs) e outros parceiros activos neste campo e coordenar intervenções sensíveis ao género. O papel da DNG é reproduzido ao nível provincial através dos Serviços Sociais dos Assuntos Sociais e das Direcções Provinciais do doGénero Criança e Acção Social Ministério.⁴³

⁴² MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL. (2016). *Perfil de Género de Moçambique*.

⁴³ MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL. (2016). *Perfil de Género de Moçambique*.

A Direcção Nacional de Género(DNG) é composta por dois departamentos, nomeadamente o Departamento da Mulher e Família e o Departamento de Género e Desenvolvimento. Desde 1999 a DNG tem sido em grande medida financiada através do Programa de Capacitação Institucional em Género encabeçado pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Este programa fornece apoio para alguns aspectos operacionais da DNG, assistência técnica de longo prazo e várias formações. O programa é executado tanto ao nível central através da DNG e pela sociedade civil e através do Fórum Mulher. (Decreto 1/2015, MGCAS).⁴⁴

2.16. O Papel das Agências Doadoras

Em 1998 o Grupo de Doadores de Género (GDG) foi formado na iniciativa conjunta das agências das Nações Unidas e de alguns doadores bilaterais, sendo de destacar os Países Baixos. O objectivo era criar um mecanismo para coordenação e troca de informações sobre as actividades dos respectivos doadores para apoiar a igualdade de género. Com o passar do tempo, o GDG transformou-se no actual Grupo de Coordenação de Género (GCG), que ainda mantém muitos dos doadores multilaterais e bilaterais, mas que se alargou para incluir a sociedade civil (Fórum Mulher) e o Governo (DNG).⁴⁵

Os doadores continuam a financiar as OSCs que trabalham para a promoção dos direitos das mulheres e igualdade de género (por exemplo, Muleide, WLSA, Fórum Mulher etc.). Os doadores em geral apoiam os esforços do Governo para integrar a igualdade de género nos planos sectoriais, como esta exemplificado pela continuação da advocacia para integração do género no âmbito das negociações da abordagem sectorial integrada (SWAp) nas áreas de saúde, educação, agricultura (PROAGRI II), estradas, águas, etc., bem como no recentes processo de Revisão Conjunta.⁴⁶

⁴⁴ LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS. (2007). *Direitos das Mulheres em Moçambique*. Acesso em <http://www.idh.org.mz/direitosdasmulheresemMoçambique> (acessado em 12 de abril de 2022)

⁴⁵ *REDUÇÃO DA POBREZA ANÉMICA DENOTA FRACA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÓMICA*. (2016). Acesso em <http://worldbank.org/InclusãosocialeconomicaemMoçambique.2016>

⁴⁶ MOSCA, J. (2019). *Pobreza, Economia “Informal”, Informalidades e Desenvolvimento*. O País. (2019).

CAPITULO IV:

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Apesar da redução da pobreza e a igualdade de género estarem no topo da agenda política em Moçambique, indicadores padrão como o PIB per capita (classificado em 197º lugar entre 210 países), o Índice de Desenvolvimento Humano (classificado 165 de 169 países) e o Índice de Desenvolvimento de Género (classificado em 123 de 130 países) revelam que os moçambicanos continuam pobres em termos globais, bem como em termos de igualdade de género (Banco Mundial, 2020). Durante os últimos cinco anos, as anteriores reduções na taxa de pobreza também cessaram abruptamente. Progressos importantes foram feitos para as mulheres em áreas como representação política (classificada em 61º lugar entre 116 países sob a Medida de Empoderamento de Género), educação e saúde, mas a posição socioeconômica das mulheres continua fraca e mostra grandes variações entre diferentes partes do país em áreas-chave como emprego, produtividade agrícola, renda e abuso sexual e outros tipos de abuso.

Mudanças significativas nas relações de género dependem de transformações estruturais no acesso ao emprego e à renda; controle sobre os meios de produção e outros ativos econômicos; e o contexto sociocultural em que as relações de género se desenrolam como experiências vividas por homens e mulheres. Há uma base para argumentar que a cultura patriarcal e a ordem social masculina são excepcionalmente fortes em Moçambique (Sheldon 2002; Arnfred 2004). O patriarcado pode ser visto de maneira mais útil como uma barganha ou a existência de um conjunto de regras e roteiros que regulam as relações de género às quais ambos os gêneros se acomodam e concordam (Kandiyoti 1988). Homens em Moçambique controlam a maioria das posições de poder e influenciam tanto nacional quanto localmente: geralmente estão em melhor situação em termos de emprego e renda, bem como educação e saúde; controlam a terra e outros meios básicos de produção no importante setor agrícola; e para a maioria das mulheres os custos sociais de não viver em união conjugal com um homem ainda são altos. No entanto, também mostraremos que existem diferenças na posição de homens e mulheres no norte matrilinear e no sul patrilinear; nas áreas rurais e urbanas; e entre agregados familiares pobres e ricos – e que

existem exemplos de mulheres que aproveitaram as oportunidades decorrentes da mudança estrutural e do novo espaço social.

Dados do sector da educação dão uma ideia sobre o esforço que deve ser despendido para que a igualdade de homem e mulher em termos de escolarização seja uma realidade. Como forma de operacionalizar os objectivos definidos no Programa Quinquenal do Governo, o sector da Educação tem o seu Plano Estratégico da Educação (PEE) para os anos 2016-2019. Um dos objectivos centrais do plano é de reduzir as diferenças entre as taxas de escolaridade de homens e mulheres no ensino secundário, onde este é mais acentuado (Mosca, 2019). Tem também uma Estratégia de Género onde o seu objectivo geral visa promover a igualdade de direitos e oportunidades tanto para crianças, bem como para jovens e adultos de ambos os sexos no acesso à educação de qualidade e os benefícios, garantindo um desenvolvimento humano integral e sustentável com um horizonte para a transformação cultural, social e económica.

Para o caso real de Moçambique, em princípio todos os programas de actividades e intervenções de desenvolvimento, para que sejam realísticos e sensíveis a esta situação devem incorporar uma perspectiva de género, no sentido de considerarem as necessidades, os papéis e as prioridades de mulheres e homens, raparigas e rapazes, de modo que estes possam beneficiar de direitos e oportunidades iguais.

4.1. Quadro de Instrumentos Jurídicos Domésticos sobre A Protecção da Criança

4.1.1. Legislação

4.1.1.1. Constituição da República de Moçambique

Na Constituição da República (CRM) de 2004, nos artigos 35 e 36, a universalidade e a igualdade de direitos e o princípio de igualdade de género, respectivamente, são assegurados. Estes preceituados se justificam no plasmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) na qual no seu artigo 2º, reconhece que toda a pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamadas na Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, língua ou religião. Esse dispositivo veio a ser reforçado pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos aspectos referentes à eliminação da desigualdade de

género no ensino primário e secundário até 2005 hoje reforçado ainda mais pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 que defendem a necessidade de se garantir que todas as raparigas e rapazes completem o ensino primário e secundário a que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

Ainda a CRM, no artigo 47, consagra os direitos da criança materializados na Lei 7/08, de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, de 2008, e no Plano Nacional da Criança II – 2013/2018. Esse posicionamento alinha-se aos princípios consagrados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989.

Neste estudo pretende-se analisar estes instrumentos do ponto de vista jurídico, tendo como objectivo aferir até que ponto as raparigas estão salvaguardadas nas normas consagradas internamente, que esforços são empreendidos pelo Estado e pelo Governo de Moçambique (e pelas Nações Unidas e organismos internacionais) na luta pela igualdade de género e sua protecção, particularmente, no sector da educação.

Os instrumentos internacionais de direitos humanos, especificamente a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) e a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), dos quais Moçambique é signatário, estendem a obrigação de se assegurar que os seus princípios e disposições sejam integrados na legislação, nas políticas e nos programas nacionais, e que todos os actores relevantes de cada um dos Estados sejam responsabilizados pela realização dos direitos da criança.

4.1.1.2. Lei de família

A Lei de Família⁴⁷, regula as relações jurídico-familiares estabelecendo os requisitos necessários para o casamento. Define o casamento como sendo “a união voluntaria e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de construir família, mediante comunhão plena de 48 pessoas. Podemos aferir que além de outros requisitos a

⁴⁷ Lei n° 10/2004, de 25 de Agosto.

⁴⁸ Art. 7.

Lei consagra que, como regra, idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos⁴⁹, excepcionando-se a os casos em que o casamento pode ser contraído com uma mulher ou homem menor de 18 anos, mas com idade superior a 16 (dezasseis) anos, contando que ocorram circunstâncias de interesse público e familiar e quando houver consentimento dos pais ou dos seus representantes legais⁵⁰.

Com esta excepção, temos que ver a situação ou a possibilidade de multiplicação da vulnerabilidade da rapariga em idade escolar, não suficientemente habilitada para conceder consentimento para contrair casamento.

4.1.1.3. Lei de promoção e protecção dos Direitos da Criança

A Lei de Promoção dos Direitos da Crianças, também conhecida por Lei de base de protecção da criança⁵¹, é o instrumento principal que regula os direitos das crianças em Moçambique. Nas palavras do Abdul Carimbo Muhamed Issa⁵²,

“A Lei de bases de protecção da criança e um texto integral que tem como objectivo o regime jurídico de protecção da criança, prevendo os seus direitos e obrigações e definir as bases em que se deve assentar toda a Legislação atinente a criança”.

A Lei em causa estabelece os direitos e deveres das crianças, bem como as responsabilidades do Estado, da família e da sociedade, em geral, face as questões atinentes a criança. Ainda para elucidar o papel primordial da Lei no que tange a regulação dos Direitos das crianças em Moçambique, a nota explicativa patente na apresentação da Lei refere que:

“Para se garantir a Primazia desta Lei nas questões relativas a criança, estabelece-se no artigo 10 o principio de que toda a Lei que vier a ser aprovada e

⁴⁹ , Nos termos da alínea a) do n° 1 do artigo 30.

⁵⁰ Nos termos do n° 2 do artigo 30 da mesma Lei.

⁵¹ Lei numero7/2008, de 9 de Julho.

⁵² Issa, Abdul Carimo Muhamed, Lei de bases de protecção da criança, Lei da Organização Jurisdicional de menores, Lei sobre o tráfico de pessoas e Legislação complementar, UTREL-Unidade Técnica da Reforma Legal, Maputo, 2008, p.17.

que de alguma forma afecte a criança, deve conformar-se com a Lei de bases de protecção da criança”.

Tal como a CDC, a Lei em análise incorpora quatro princípios subjacentes a promoção e protecção dos direitos da criança, designadamente, os princípios da não discriminação; respeito ao superior interesse da criança; e direito da criança de ser ouvida ou de participar. A Lei de base também contempla o princípio de direito a vida e desenvolvimento da criança.

Como vimos anteriormente quando falávamos da CDC, a incorporação do princípio da não discriminação da criança ganha relevo na luta contra a vulnerabilidade, na medida em que o princípio em causa proíbe a discriminação baseada em qualquer fundamento, mormente o género⁵³, em virtude da constatação segundo a qual as crianças vítimas desse fenómeno tendem a ser mais vulneráveis a abusos e outros tipos de violências⁵⁴, pondo-se em causa a sua saúde e o seu desenvolvimento e o princípio do superior interesse da criança, tal como asseverou o Comité dos Direitos da Criança no supra citado Comentário Geral numero 455. Para além dos princípios elencados acima, a Lei de bases protege os direitos a saúde (art. 12) direito a integridade (incluindo a integridade física), e direito a privacidade - que se interligam perfeitamente com a questão da vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário do tema em causa na província de Gaza, distrito de Chókwè. Ainda, a Lei prevê medidas de protecção especial para a criança contra todas as formas de exploração incluindo abusos sexuais, prostituição e maus tratos dos pais, outros membros da família ou outras pessoas que tem a sua responsabilidade de cuidar da criança⁵⁶.

O artigo 32 da Lei de Bases impõe aos pais e representantes legais da criança o dever de assegurar o desenvolvimento da criança, ao referir que:

⁵³ Pois a vulnerabilidade afecta maioritariamente as raparigas.

⁵⁴ Por exemplo a violência sexual.

⁵⁵ Comité dos Direitos da Criança, Comentário Geral nº 4, op. Cit.

⁵⁶ Nos termos do previsto no art.62 da Lei em alusao.

(...) aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes, ainda, no interesse destes, o dever de orientar a sua educação e promover o seu são e harmonioso desenvolvimento (...).

Esta lei é bastante recheada de artigos que constituem forte alicerce para protecção das crianças, contudo, ela apresente certas limitações na medida em que não se mostra efectiva, ainda em moçambique temos casos de crianças que praticam actividades comerciais no horário em que deveriam estar na sala de aulas muita das vezes são instruídos pelos seus próprios pais até nos centros das cidades. Devido a diversos factores sociais e falta de recursos por parte das autoridades para perseguir e responsabilizar os autores, quase que nada é feito quando si dão estes casos.

4.1.1.4. Lei contra a Violência Doméstica

A Lei Contra a Violência Doméstica⁵⁷, define a violência doméstica como sendo todos os actos capazes de causar danos físicos, emocionais, económicos a vítima. De referir que a definição de violência doméstica também abarca a tentativa ou actos que implicam a restrição arbitrária ou de privação que afectam as liberdades fundamentais (Diniz, 2010).

A Lei em alusão tem sido confrontada com muitos desafios em face de práticas costumeiras que levam as partes a não apresentarem queixas de violência. Do mesmo modo, as autoridades por vezes aconselham as partes a resolver situações de abuso e de violência de forma amigável e/ou informal para evitar que aos infractores sejam aplicadas as sanções previstas na lei. Esse fenómeno nota-se, na maior parte das vezes, nas situações em que a vítima é dependente do transgressor da lei⁵⁸ e sobretudo em contextos onde as práticas costumeiras estão enraizadas nos agentes da autoridade pública como a polícia (Gil, 2017).

Deste modo, há, portanto, toda necessidade premente de fazer-se um trabalho concertado para apoiar os agentes da polícia e demais agentes da lei e ordem para a aplicação correcta da lei.

⁵⁷Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro.

⁵⁸Evidenciando-se a co-relação entre a pobreza, violência e a vulnerabilidade da rapariga.

Para que a lei possa valer é necessário também que a sociedade acredite nela e a aceite, daí que encontramos a seguinte limitação: em Moçambique temos ainda culturas que acreditam que as mulheres são meras propriedades dos seus maridos e daí ele tem todo o direito de abusar dela de todas as maneiras, noutros casos são até questões económicas em que uma mulher sofre agressão do seu marido, mas não apresenta queixa às autoridades porque entende que se ele for preso não terá condições financeiras e materiais de alimentar os seus filhos.

4.2. Quadro de Políticas de Protecção da rapariga

Tendo analisado a legislação aplicável a matérias de protecção da rapariga face aos factores da sua vulnerabilidade em idade escolar, passamos a explorar o quadro de políticas existentes no país e que se aplicam a temática em referência, com vista a aferir o grau de protecção que elas oferecem às crianças abrangidas pelo fenómeno em estudo.

4.3. Ambiente Escolar

Em termos de resposta à questão do ambiente escolar pode-se destacar o programa de Apoio Directo à Escola, o MINEDH, comporta 3 objectivos orientados a essa matéria, designadamente:

- Melhorar as condições para o ensino-aprendizagem através da disponibilização de fundos às escolas para a aquisição de materiais e serviços diversos;
- Reforçar a gestão escolar através de um maior envolvimento da comunidade e dos Conselhos de Escola na alocação e aplicação dos recursos da escola; e
- Garantir a retenção dos alunos através de apoio aos mais carentes (material escolar, pastas, fardamento, etc.)
- Considera-se que este programa contribui sobremaneira para reduzir quer a vulnerabilidade da rapariga e no ensino secundário, quer as desistências propriamente ditas das raparigas.
- Factores Demográficos (Fecundidade, Natalidade e Nupcialidade)

Várias definições técnicas, podem ser esboçadas em relação ao conceito e fenómeno fecundidade. Uma das mais simples e que cumpre cabalmente os nossos propósitos diz respeito a estimativa do número médio de filhos que uma mulher tem ao longo da vida. Trata-se de um indicador que expressa a condição reprodutiva média das mulheres de um determinado local. No caso de Moçambique, apesar de se registar uma tendência de redução da taxa de fecundidade de 7.1 para 5.9 filhos por mulher em idade fértil, ela é ainda uma das mais altas no mundo. Na realidade empírica da sociedade moçambicana a fecundidade é acompanhada e reflectida pelo fenómeno natalidade, ou seja, pelo número de crianças que nascem anualmente por cada mil habitantes numa determinada área, sendo assim, igualmente alto. Para as autoridades moçambicanas esta situação traz desafios ao país em matéria de provisão de serviços públicos, incluindo o acesso à educação formal⁵⁹.

O facto de a estrutura populacional da sociedade moçambicana ser caracterizada por taxas de fecundidade e natalidade elevadas, associando isso ao perfil sociocultural da população em termos de nupcialidade, entendido como modelo(s) de relação conjugal predominante na sociedade, marcado pelos fenómenos do casamento e da gravidez precoces, sugere que esse factor é de importância estrutural na avaliação da vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário. Isso significa que o problema da vulnerabilidade da rapariga encontra-se ancorado a factores que não podem ser alterados de um dia para o outro, a menos que para isso sejam introduzidas medidas igualmente estruturais para compensar o impulso natural de autorreprodução da sociedade.

Constatou-se que cerca de metade das ex-estudante com as quais foi possível estabelecer contacto não transitaram para ou não se mantiveram no ensino pós primário devido a contracção de gravidez. A gravidez é a conseqüente responsabilidade que daí advém, fazem com que as raparigas não só interrompam os estudos, mas também, vivam em situação marital, uma vez que o procedimento normal tem sido o de os seus familiares as “entregam” à família do pai da criança. *“Minha pai me mandou embora de casa porque fiquei grávida do meu namorado, fui viver com ele na casa dos pais dele mas ele não*

⁵⁹ <http://noticias.mmo.co.mz/2014/07/taxa-de-fecundidade-regista-reducao-em-mocambique.html>

trabalhava na altura tive que deixar de ir a escola porque não tinha dinheiro de xapa” (E7). “Tive que deixar de estudar porque fiquei grávida na 10ª classe e a barriga tinha muitas complicações” (E5)

O factor fecundidade, natalidade e nupcialidade também pode ser associado ao ambiente escolar. Ocorre que quando uma estudante fica grávida o procedimento tem sido a sua transferência para o curso nocturno. De acordo com as nossas entrevistadas, esta medida cria dificuldades de adaptação, o que muitas vezes conduz ao abandono escolar. Quando se questionou aos grupos focais sobre este facto, quase todos eles concordaram com a medida da transferência das raparigas grávidas para o curso nocturno porque, consideraram, “é uma forma de evitar que estas influenciem as outras raparigas”. Contudo, ao se colocar a mesma questão as ex-estudantes, uma delas respondeu dizendo que um dos factores que a levou a decidir abandonar os estudos tinha sido o facto das colegas, senhoras do curso nocturno, criticarem-na constantemente por ela se ter engravidado. Sendo assim ela espera voltar a estudar numa escola fora do seu bairro para escapar do afastamento social de que teme ser vítima.

A consciência sobre todas estas questões que afectam negativamente a rapariga para a sua permanência no ensino secundário tem inspirado iniciativas de resposta por parte das autoridades escolares. Foi possível observar que algumas escolas apresentam programas de mitigação do fenómeno de forma mais consistente que outras e que existem ainda estabelecimentos de ensino onde as iniciativas são muito fracas, ocorrendo de forma ocasional, ou quase inexistentes.

Em algumas das outras escolas os alunos e alunas foi notável a existência de programas com temas transversais sobretudo ligados a saúde reprodutiva da rapariga, como forma de mitigar a vulnerabilidade da rapariga na transição para o ensino pós primário e no ensino secundário. Os programas incluem a promoção de actividades extracurriculares como informática, olimpíadas escolares, grupos de estudo, actividades desportivas, palestras sobre temas ligados ao género, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, etc.

4.4. Exercício e gozo de direito

Evidências são claras que a vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário contribui para uma série de violações dos direitos humanos das meninas em idade escolar na medida em que a título de exemplo se uma rapariga devido a posição que se encontrar (vulnerabilidade) poderá ficar grávida, perdendo o seu direito de frequentar a escola. Assim, será obrigada a abandonar a escola. Como resultado, elas crescem com baixo nível de escolaridade e conseqüentemente com poucas oportunidades de sucederem na vida profissional

O baixo nível de escolaridade dificulta a obtenção de emprego no futuro. Na medida em que o emprego é importante para a economia da família, os filhos de uma mãe de baixo nível de escolaridade tendem a sofrer mais do que os filhos de famílias onde a mãe tem boa educação formal. A título de exemplo, o pagamento de transporte, taxas de matrículas para essas crianças também ficam comprometidos em famílias de poucas posses.

Por outro lado, como conseqüências directa do casamento prematuro, a criança casada em tenra idade e separada dos seus pais enquanto ainda é pequena, violando-se o seu direito de não separada da sua família.

4.5. Saúde psicológica e desenvolvimento físico

A rapariga numa situação de vulnerabilidade em relação a doenças pode ocorrer na transmissão sexual e sobretudo o HIV/SIDA. Sendo que em estado de vulnerabilidade e numa idade tenra, as auscultações feitas neste trabalho, conclui se que as mulheres têm menos poder para negociar relações sexuais estando propensas a gravidez precoce. Na saúde psicológica, os traumas que a rapariga adquire são nefastas devido a idade dela, passando a uma situação de não se sentir mais igual a outras crianças da idade dela.

A instituição do Governo que tem actualmente o mandato de promover a igualdade de género é o Ministério da Género e da Acção Social (MMAS). Historicamente, a função de promover a igualdade de género tem sido atribuída a diferentes instituições, começando com um Secretariado Nacional para a Acção Social no Ministério da Saúde. Em 1995 esta

função foi atribuída ao então recém-criado Ministério de Coordenação da Acção Social (MICAS), em particular ao Departamento da Mulher na Direcção Nacional da Acção Social. No ano 2000 o Ministério foi transformado no Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS), tendo resultado na criação de uma Direcção Nacional da Mulher separada. Em 2005 o Ministério foi transformado em Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS), continuando a Direcção Nacional da Mulher a existir dentro do MMAS. A Direcção Nacional da Mulher (DNM) é responsável pela definição e promoção de diversos programas concebidos para prestar apoio material bem como para empoderar as mulheres. Embora a DNM implemente algumas actividades, a sua função primária é manter ligações com OSCs e outros parceiros activos neste campo e coordenar intervenções sensíveis ao género. Este papel da DNM é reproduzido ao nível provincial através das Direcções Provinciais do Ministério.

Em 2004 o Conselho de Ministros criou o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM).⁷ Os membros do CNAM incluem vários Ministros e Vice-Ministros, duas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que trabalham em prol da igualdade de género, um representante de organizações religiosas, um representante dos sindicatos e um representante do sector privado. Embora o CNAM seja presidido pela Ministra da Mulher e da Acção Social, o CNAM não é parte do MMAS/DNM ou subordinado ao MMAS. Funciona antes como um mecanismo institucional e órgão de consulta autónomo que permite ao MMAS/DNM coordenar as questões de género com várias partes interessadas na vida pública. O CNAM tem um Secretariado Executivo que é responsável pela gestão técnica. Para apoiar o Secretariado Executivo foi formado um Conselho Técnico que é composto por Pontos Focais de Género e representantes de instituições públicas. À luz dos esforços para descentralizar a tomada de decisões e permitir às autoridades locais tornar-se mais pró-activas na promoção do desenvolvimento local, cada província deve criar o seu próprio Secretariado Executivo e Conselho Técnico. A função principal do CNAM é promover e monitorar a implementação das políticas de género do Governo em todos os programas e planos do Governo, com particular referência ao Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM) 2002-2006 e à Política de Género e Estratégia de

Implementação (PGEI). Logo após a Conferência de Pequim, o Governo elaborou um plano nacional de acção (PNAM) mas sem um quadro de políticas.

4.5.1. Plano Quinquenal do Governo

O Plano quinquenal 2015-2019, é um instrumento-chave de políticas do Governo que aborda as linhas mestres sobre as quais irá incidir toda a actividade governativa ao longo dos 05 anos. Este documento contem 5 (cinco) prioridades, em termos de acções governativas convergindo todas para o alcance do objectivo central do Governo, que é “busca de soluções aos desafios e obstáculos que entram o desenvolvimento económico e social do país”⁶⁰.

Das 5 (cinco) prioridades elencadas pelo Governo⁶¹, destacamos a segunda: Desenvolvimento do Capital Humano e Social, pois é o que a sua análise importa para os fins do presente trabalho. NESTA PRIORIDADE O Governo inicia a sua abordagem conceituando a referida prioridade, ao referir que:

O capital humano e social é um conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade individual e colectiva que favorecem a realização de actividades sociais e económicas necessárias para o desenvolvimento sócio-económico sustentável e integrado do país⁶².

Para tanto, o Governo seguidamente reconhece que é preciso prestar serviços sociais básicos e acesso equitativo à educação, cuidados de saúde, água, saneamento e habitação⁶³. E segundo o Objectivo Estratégico (V) promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação da pobreza e de vulnerabilidade.

⁶⁰ Cfr. o ponto 1 da Introdução do Plano Quinquenal do governo, para o quinquénio 2015-2019.

⁶¹ A saber: consolidação da unidade nacional da paz e da soberania; desenvolvimento do capital humano e social; promoção do emprego, da produtividade e competitividade; desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais; e gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e ambiente.

⁶² Cfr. Ponto 29 do Plano Quinquenal do governo.

⁶³ Cfr. Ponto 30 do Plano Quinquenal do Governo

Os elementos acima referidos e patentes no Plano que orientará o Governo dentro destes 5 (cinco) anos de governação são muito importantes no âmbito do trabalho das crianças em estado de vulnerabilidade no ensino, são propensas a desistirem de estudar por vários factores, abdicando-se do seu direito fundamental à educação, que, por sua vez, aumentará os níveis de sua pobreza.

Por sua vez, o abandono da escola comprometerá o alcance de outras metas traçadas pelo governo. O desenvolvimento e a melhoria do bem-estar e económico, e, assim, não se alcançará o tão almejado e propalado objectivo de combate à pobreza, que assola grande parte da população moçambicana.

4.5.2. Política Nacional de Educação

A Política Nacional de Educação, visa assegurar o acesso à educação a um número cada vez maior de utentes e melhorar a qualidade dos serviços prestados em todos os níveis e tipos de ensino, adiantando-se a informar que, todo o esforço empreendido pelo Governo visa à satisfação dos anseios da sociedade.

Conforme apresentamos os vários factores das desistências devido a vulnerabilidade que a rapariga pode ocorrer no ensino secundário, somos de que a Política nacional de Educação não poderá cumprir seu principal desejo de assegurar o acesso à educação a um número cada vez maior de utentes, se não tomar em consideração os problemas que afectam a criança com as várias razões que a possam fazer abandonar a escola.

- A Lei do Sistema Nacional da Educação, de 1992;

O Estado deve promover a extensão do acesso à educação e à formação profissional contínua, em igualdade de condições, a todos os cidadãos, especialmente crianças incorporando o aspecto de género. Este direito à educação é concedido através do Sistema Nacional de Educação, cujos princípios foram estabelecidos pela Lei nº 6/92, de 06 de Maio.

- O Plano Estratégico da Educação 2012-2019 – realça a inclusão e equidade no acesso e retenção;
- Estratégia de Género do Sector da Educação (EGSE) 2016-2020: da Equidade à Igualdade: combinada com a Estratégia de Género da Educação para a Província do Niassa 2013-2016: Explicita no seu prefácio que "A igualdade de género na Educação constitui um dos pilares de justiça social, o termómetro que mede quão comprometido o sistema de educação e Desenvolvimento Humano está na luta contra todo o tipo de discriminação social entre homens e mulheres Alcançar a Justiça de Género no sector é um caminho para assegurar progressos na luta por uma sociedade mais inclusiva com valores, atitudes e comportamentos, garantindo assim maior dignidade humana".

Do ponto de vista programático o Governo tem dado alinhamento dos seus programas ao Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) e ao Plano Quinquenal do Governo (PQG).

Adicionalmente o sector de educação tem vindo a envidar esforços em desenvolver programas que assegurem o acesso, retenção e progressão de raparigas no ensino. A Título de exemplo pode se mencionar alguns programas como:

- O ensino primário gratuito;
- Programas de bolsas de estudo para as crianças de cuja implementação foi instituído o Instituto de Bolsas;
- Instituição do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Educação, com o intuito de apoiar crianças carenciadas;
- Mudança de conteúdos e de imagens que visam reduzir ou eliminar a perpetuação dos papéis tradicionais de género no currículo escolar e nos programas de formação de professores;

- Adopção de acções afirmativas nas instituições de formação de professores onde se estabeleceram quotas mínimas para favorecer uma maior entrada de professoras. Com este programa pretende-se, de entre vários objectivos, responder a necessidade de colocar nos distritos professoras como modelo para as raparigas por forma a incentivar-lhes a entrada na escola e a conclusão dos seus estudos e vários programas levados a cabo por organizações da sociedade civil, agências doadoras/parceiros de cooperação que sustentam os programas do Governo no que concerne ao acesso, retenção e progressão da rapariga na educação.

Do ponto de vista de acção coordenada regista-se ainda a participação do sector da educação em dois importantes mecanismos de coordenação multisectoriais que directamente têm responsabilidades na luta contra a vulnerabilidade da rapariga como: o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança. Ambos os órgãos têm por objectivo supervisionar, impulsionar e acompanhar a implementação de políticas e programas aprovadas pelo Governo para a área da mulher e criança, respectivamente.

De acordo com a Ensino Geral do Sistema de Educação a adopção e implementação destes instrumentos e programas são ganhos importantes para a sociedade moçambicana, mas ainda não é suficiente para a garantia dos direitos que se pretende proteger. Estas medidas devem ser acompanhadas de outras acções que reforcem a vontade política de produzir as mudanças necessárias e de as por em prática.

4.6. Factores da vulnerabilidade da rapariga

Vale realçar que, a vulnerabilidade escolar da rapariga, segundo os dados analisados, acentua-se aos doze a catorze anos de idade, altura em que idealmente se dá nos primeiros anos do ensino secundário. Coincidentemente, esta faixa etária é considerada em grande parte da sociedade moçambicana como sendo um individuo adulto, portanto, com o dever de assumir novos papéis sociais, inclusive contrair matrimónio e procriar, o que afecta directa e negativamente a sua permanência e transição dos níveis no ensino secundário (Mónica, 2013). A vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário é notória

no nosso país na medida em que apresenta taxas de desistências bastante elevadas neste nível de ensino conforme retratam os dados estatísticos do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

4.6.1. Factores económicos

A abordagem ao tópico dos factores económicos exige especial atenção, por ser aquele que origina a vulnerabilidade da rapariga em particular, no ensino secundário. Os demais factores não sendo de subestimar, pois aparecem sempre associados aos económicos, podem também ser considerados complementares e, nesse contexto serão aqui apresentados. Dados do INE do IAF de 2021, indicam que o baixo nível de rendimento dos agregados familiares é considerado como sendo o principal factor da vulnerabilidade da rapariga, estima-se que o nível de rendimento dos agregados familiares, sobretudo nas áreas pré-urbanas e rurais, é normalmente muito baixo.

A questão económica reflecte-se das mais diversas maneiras e em praticamente todas as dimensões da vida dos agregados familiares tais como a fome, a falta de uniforme escolar, a impossibilidade de pagamento das matrículas escolares, a impossibilidade de aquisição dos materiais escolares, a necessidade de prática de actividades precárias de subsistência, etc. Assim, constatamos que todos esses aspectos parecem realmente constituir o núcleo da vulnerabilidade de grande parte das famílias pré-urbanas e rurais e, conseqüentemente das raparigas que pertencem a essas famílias.

No agregado familiar, as raparigas são sobrecarregadas com os trabalhos domésticos, sendo preteridas em relação aos rapazes, em prosseguir os estudos. Constatata-se que “existem ainda famílias que acham que as raparigas não devem estudar porque elas vão se casar e enriquecer a família do marido”. Para algumas famílias, “os homens é que devem estudar pois são os chefes de famílias” (Mosca, 2019).

4.6.2. Factores relacionados à “Modernidade”

“Modernidade” etimologicamente é um conceito complexo que vem mudando de significado ao longo do tempo, desde que foi usado inicialmente no século V (d. C.) no contexto da rejeição do paganismo e inauguração da nova era cristã, até a presente época

em que, para além do sentido de contraste em relação ao passado, promove a inovação e assimila a sofisticação tecnológica, mantendo apenas permanente aquilo que a mais caracteriza: um estado temporário e actualizado da história.⁶⁴

De uma maneira geral todas as categorias de entrevistados consideraram que a modernidade e a tecnologia, são factores de vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário. Considera-se que as diferenças dos níveis sociais dos estudantes nas escolas fazem com que os que têm menor poderio económico se sintam discriminados. Há estudantes que usam as novas tecnologias de comunicação como os telemóveis, computadores e IPEDs, e se exibem nas escolas. É assim que as raparigas com menos posses, para obterem esses bens e se sentirem enquadradas na sociedade podem deixar-se influenciar por homens, normalmente mais velhos, para que lhes proporcionem esses bens em troca de sexo ou mesmo de casamento.

4.6.3. Factores socioculturais

Canhanga (2019), refere que a zona sul em particular é essencialmente de perfil sociocultural patrilinear, vincando o sentido de supremacia do homem em relação à mulher. O factor sociocultural moderno veiculado pelo processo de globalização, muitos desses ainda em estado de aculturação inacabada por parte de várias franjas da sociedade, sobretudo os meios periurbanos e rurais, tais como os produtos da indústria cultural, nomeadamente os cinemas (incluindo as novelas), os clubes nocturnos, a prostituição “industrial”, as barracas, a moda, etc., também participam da vulnerabilização da rapariga no acesso ao ensino secundário.

4.6.4. Os Casamentos Prematuros

Todas as categorias de entrevistados que fizeram parte deste estudo consideram que a sociedade da província de Gaza coloca o casamento no topo da hierarquia de valores. No entanto, em quase todos os grupos étnicos do país, e com maior influência nas áreas periurbanas e rurais o casamento possui características tais que é marcado pela

⁶⁴ Aasen, Berit et al. (2005). *Avaliação da "Estratégia para Mulheres e Igualdade de Género na Cooperação [Norueguesa] para o Desenvolvimento 1997-2005"*. Oslo: Instituto Norueguês de Pesquisa Urbana e Regional (NIBR)

prematuridade do envolvimento da mulher. Neste sentido, Mabote (2019) refere que existem casos de realização de casamentos de homens adultos com mulheres de idade entre os 15 e os 16 anos não muito frequente, mas sim ambos de menor idade. As raparigas sofrem uma pressão dos pais por causa da pobreza e outro momento por parte da sociedade que critica e outra por iniciativa dela por medo de perder o namorado que trabalha na África do Sul que aparece com novas roupas e telefones valiosos trazidos da vizinha África do Sul.

4.6.5. A globalização e o choque cultural

Um outro factor sociocultural da vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário diz respeito ao choque cultural experimentado pelas comunidades locais diante das diferentes facetas e vectores dos processos de globalização. Os meios da modernidade, de que nos referimos em lugar próprio neste trabalho, constituem parte dessas facetas e vectores. Uma outra parte, e de maior centralidade neste estudo, é o próprio sistema de educação formal. Herdado do contexto colonial e enquadrado nos sistemas normativo e técnico internacionais, o sistema de educação formal é um elemento representativo do Estado moderno e dos processos da globalização, e cuja integração nos diferentes contextos socioculturais locais não pode ocorrer senão de forma paulatina.

Neste momento, regista-se ainda uma cobertura do Sistema Nacional de Educação (SNE) aquém das necessidades da sociedade. Esse facto, aliado à questão de se tratar de um elemento antónimo às culturas locais, sugere que as comunidades podem não estar totalmente preparadas para responder positivamente ao seu enquadramento. Identificamos várias referências ao facto nos meio rural e periurbanos os encarregados de educação valorizarem mais os sistemas culturais locais em detrimento dos valores representados pela educação formal (Machava, 2018). Nesse sentido, é comum, por exemplo, que os encarregados de educação sobrecarreguem os seus educandos, sobretudo as raparigas, com actividades domésticas tradicionalmente atribuídos às mulheres, impedindo-as de frequentar .

O não acompanhamento da escolaridade dos filhos ou educandos pelos respectivos pais ou encarregados de educação pode de facto ser visto como resultado de “falta de

cultura de educação formal”. Silva (2016), considera que a população possui uma afinidade relativamente reduzida à educação formal, preferindo a deslocação para a vizinha África do Sul a procura do emprego e de melhores condições de vida e não se interessam em estudar. Afirmando que as raparigas poderão estudar até o ensino primário, que bastava saber escrever o seu nome completo para poder assinar no dia do seu matrimónio para não envergonhar a família (não sabe assinar).

4.6.6. Factores relacionados à estrutura familiar

A forma de estruturação dos agregados familiares em que as raparigas (e rapazes) se encontram inseridas tem um grande potencial de influenciar o aproveitamento escolar destas, inclusive de determinar a sua permanência ou não na escola, constituindo, por isso, um factor de vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário.

Em meio às determinações socioculturais e aos ciclos mais ou menos severos e mais ou menos prolongados, de instabilidade social provocada por calamidades sociais e naturais como a guerra, as secas, as cheias, a situação económica, etc., a comunidade deste ponto do país, vem se debatendo com as suas condições existenciais.

Essa situação relaciona-se directamente com os factores socioeconómico e sociocultural, embora, do ponto de vista da disposição psicológica dos chefes dos agregados familiares, possa se considerar a existência de um grande potencial de desatenção que estes possam ter em relação aos seus educandos.

Os nossos entrevistados apresentam como um dos principais factores de influência na vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário, o nível de rendimento económico dos agregados familiares que muitas vezes é baixo para as suas necessidades. Nessas situações, os membros mais sacrificados têm sido os não originais do agregado familiar.

Outro aspecto que também se relaciona directamente com a questão da estrutura familiar é a divisão do trabalho social. No agregado familiar a divisão do trabalho não é equitativa. Dado aos factores de carácter sociocultural observa-se comumente que as raparigas são os membros mais sobrecarregados com os trabalhos domésticos e com

comércio informal de sobrevivência. Por essa razão, as raparigas são as mais prejudicadas nos estudos.

Nesse sentido, em situações de estruturação familiar específicas, como por exemplo a escassez de mulheres em idade economicamente activa, pode-se prever uma maior vulnerabilidade da rapariga relativamente a possibilidade de desenvolvimento normal da sua escolaridade.

4.6.7. Factores relacionados ao ambiente escolar

Do ponto de vista de infraestruturas escolar propriamente ditas nota-se a precariedade em matéria de carteiras, acesso à água e saneamento o que reduz sobremaneira as condições de higiene existentes. Embora a opinião geral dos gestores da educação seja a de que “...as escolas encontram-se minimamente equipadas...”, em alguns casos observa-se que a este respeito de higiene individual e privacidade não há separação entre as casas de banho e/ou latrinas para necessidades maiores e menores para homens e mulheres e isso pode ser factor de desconforto para os estudantes, sobretudo as raparigas. É também nesse sentido, por exemplo, que algumas das raparigas entrevistadas consideram que a frequência a escola durante o período menstrual é delicado e algumas podem mesmo optar em ficar em casa, por falta de condições de higiene, embora tenham quase todas igualmente considerado que esse não deveria constituir razão para a desistência dos estudos, não constituindo assim factor central da vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário.

As escolas enfrentam também grandes problemas e desafios relativamente a exiguidade de carteiras, deficiente ventilação e iluminação no recinto escolar e arredores – o que pode afectar o sentido de segurança das raparigas – e a superlotação das salas de aula.

Os aspectos acima mencionados também jogam um papel decisivo do condicionalismo do acesso à educação das raparigas (e rapazes) com necessidades educacionais especiais. Embora o estudo não tenha identificado casos concretos de vulnerabilidade directamente ligados a necessidades educacionais especiais de raparigas, parece compreensível que a localização relativa dos estabelecimentos de ensino, as

condições infraestruturais e o ambiente social jogam um papel preponderante nesses casos, apresentando-se como importantes factores de vulnerabilidade.

No que tange ao ambiente social, como também pode ser decifrado no contexto dos outros factores de vulnerabilidade escolar da rapariga aqui apresentados a convivência entre estudantes e entre estes e os seus professores e outros funcionários é permeada por atitudes e práticas de ostentação socioeconómica, demonstração de poder, relações de género, assédio sexual e outras formas de abuso. Este campo de relações de poder e dominação constitui, por natureza, um espaço de segregação social, desestimulando a participação das camadas sociais mais desfavorecidas nos diferentes espaços de convívio social, inclusive as sessões de ensino e aprendizagem, ou de aulas, propriamente falando. Os casos já reportados neste estudo de raparigas que desistiram dos estudos por necessidades económicas e por falta de uniforme escolar podem ser considerados reflexos dessa situação.

Para os entrevistados, a falta de abertura de alguns pais e encarregados de educação para com os seus educandos é um aspecto negativo e contribui para o abandono escolar das raparigas na medida em que muitas vezes estas sofrem problemas ou pressão de colegas, professores e amigos e, por não terem como ultrapassar a situação, acabam abandonando a escola ao invés de se abrirem com os seus familiares e receberem o apoio destes. A ambição das raparigas por determinados bens da modernidade, leva a que elas muitas vezes se envolvam em relacionamentos com pessoas que possam satisfazer a sua ambição arriscando-se desta forma a contracção de gravidez e comprometendo sua formação.

No caso específico da questão do assédio ou abuso sexual, o estudo registou a alegação de uma ex-estudante, que afirmou ter desistido dos estudos por ter sido vítima de assédio permanente por parte de um dos seus professores. Embora se trate de um assunto delicado e difícil de descortinar os grupos focais de entrevistados, entre os quais estudantes, rapazes e raparigas, mostraram-se claramente convictos de que se trata de um fenómeno presente e frequente nas escolas afectando mais directamente, e com maior frequência, as raparigas. Dados reportados pela TVM em 2022 indicaram uma incidência de casos de abuso sexual nas escolas praticado pelos professores de cerca de 30%, ou seja, para cada 100 alunos 30 sofrem de abuso sexual.

O grupo focal na escola secundária composto por estudantes chegou a apresentar queixa contra um professor e solicitar de forma efusiva que o pesquisador os apoiasse, canalizando a preocupação as entidades superiores, pois a nível da escola, apesar das denúncias apresentadas pelos estudantes, nenhuma medida tinha sido tomada para se corrigir a situação.

Foi constatado também que os casos de raparigas que contraíram gravidez também ajudam a perceber a questão do ambiente escolar como factor da vulnerabilidade da rapariga. As estudantes e ex-estudantes entrevistadas, bem como os rapazes, consideram que o ambiente social escolar tem sido hostil para as raparigas grávidas. Por um lado, os colegas das raparigas grávidas tendem a ostracizá-la e segregá-la dos círculos de convivência. Por outro lado, elas sentem-se apelidadas de desqualificadas para a continuidade dos estudos no período diurno, dado o procedimento administrativo comum de transferir as estudantes grávidas para o curso nocturno. Paralelamente, a necessidade de frequência escolar no período nocturno também tem ocorrido por escassez de vagas no curso diurno. Essa situação exige a devida readaptação da estudante e pode levantar problemas de insegurança, sobretudo quando o estabelecimento de ensino se encontra longe do seu local de residência esvaziando assim o Direito Humano e o Direito da criança.

A transferência para o curso nocturno, o uso de suborno como um mecanismo para passar de classe e o assédio sexual são os principais aspectos, no que diz respeito ao ambiente educacional escolar, que condicionam a continuidade da rapariga nas escolas. Das 06 ex-estudantes entrevistadas, 2 afirmaram que os factores ligados ao ambiente escolar foram a causa da sua desistência. *“Acabamos desistindo de ir para escola porque não tínhamos dinheiro para pagar para passar e em troca quase todos os professores diziam que tínhamos que dormir com eles para passar, nos aliciavam diziam que temos corpo bonito”* (E1 e E2).

Do ponto de vista dos tipos de ensino observa-se ainda a persistência das raparigas em frequentar mais o ensino geral em detrimento do ensino técnico, embora pequenas mudanças possam ser registadas nos últimos anos. De acordo com as informações colhidas de diferentes relatórios de desempenho escolar do MINEDH, as escolas têm olhado para a

igualdade de género e têm promovido o acesso das raparigas aos diferentes cursos, inclusive os técnicos. Por outro lado as jovens já têm maior abertura e se acham em condições de imporem a sua participação nos cursos que eram considerados serem apenas para homens, por exemplo Matemática, Física, Engenharia, etc. Por seu turno, as ONGs (UNICEF, Save The Children, USAID, etc) também apoiam as raparigas e aconselham-nas sobre os cursos a seguir com base nas ofertas da região onde estas residem e as condições existentes, não havendo discriminação de cursos específicos para raparigas ou para rapazes. Essa abordagem pode ajudar a melhorar as oportunidades de ensino pós primário para as raparigas e contribuir para a mitigação da sua vulnerabilidade.

Segundo as pesquisas do CEE, dois entre os factores principais de abandono ou insucesso escolar, com ênfase na rapariga, são a distância da escola e o uso do português desde o primeiro dia de aulas, que dificulta a compreensão de quem está acostumado a falar nas línguas locais.

CAPITULO V:

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo, pretende-se fazer a confrontação dos dados encontrados no terreno com os resultados apresentados no capítulo anterior. Para tal vale a pena recordar que o trabalho de campo consistiu na realização de entrevistas a alguns estudantes da Escola Secundária Josina Machel, profissionais do MINEDH e do MGAC.

5.1. Motivo de Desistência

- foi possível constatar, durante a pesquisa, que existem casos de estudantes que por morarem muito distantes das suas escolas, os seus pais ou encarregados de educação, por falta de condições económicas, sentem-se na contingência de optar por quem apoiar no pagamento de transporte. Nesses casos observa-se que a opção recai quase indiscriminadamente pela figura masculina. O mesmo ocorre nos casos em que está em causa o pagamento das matrículas (a partir da 8ª classe), a compra do uniforme, a aquisição do material escolar, etc. Ou seja, para além do aspecto económico, observa-se

as estratégias para a sua mitigação baseiam-se numa abordagem claramente permeada pelos valores culturais baseados no patriarcalismo, tradicionais e modernas, espelhando a complexidade da questão da vulnerabilidade da rapariga neste ponto de país.

Mesmo nos casos em que é possível o acesso da rapariga à escola, quando as condições económicas são críticas, esta não deixa de ser colocada em situação pouco favorável, o que, reflecte a situação de vulnerabilidade em que se encontra. Uma das entrevistadas afirmou “*a minha grande dificuldade é de alimentos e vestuário, pois para conseguirmos o pouco que temos, a minha mãe faz gelinhos e manda-me ir vender os lucros compramos alimentação*”⁶⁵. (E8).

Existem, no entanto, casos mais críticos que levam a que a vulnerabilidade da rapariga se reduza à desistência escolar. Cerca de 3 ex-estudantes entrevistadas afirmam que a falta de condições económicas para continuar a custear o estudo (pagamento de matrícula, uniforme, digitação e impressão de trabalhos, entre outros), foi a causa de terem desistido de estudar. Uma delas declarou: “*não tive dinheiro para pagar a matrícula, por isso abandonei a escola*”⁶⁶. (E12). Responsável pela sua casa, assim como pelos seus 2 irmãos, Lídia refere que gostaria de retomar os estudos no próximo ano lectivo de 2024. Ainda nesse grupo de estudantes, uma delas disse que na sua turma, uma colega havia desistido porque não tinha condições de comprar o uniforme, nem dinheiro de “chapa” para ir a escola todos os dias.

Esse contexto familiar mostra a grande dificuldade em que se encontram as raparigas pertencentes a famílias com dificuldades económicas acentuadas para frequentarem a escola. Esse tipo de vulnerabilidade contribui frequentemente para a desistência escolar destas. A questão das dificuldades económicas é amplamente reconhecida pelos professores e inspira iniciativas de resposta. No encontro com os professores e no grupo de discussão com as raparigas, constatou-se a existência de casos de

⁶⁵ Entrevistas realizada a uma estudante de 11 anos da Escoccola Secundaria Josina Machel sobre as dificuldades que enfrenta para o acesso a escola, a qual data a sua sensibilidade e manutenção da imagem da entrevistada, mantém-se esta em anonimato.

⁶⁶ Entrevista sobre as dificuldades que enfrenta para o acesso a escola, a qual data a sua sensibilidade e manutenção da imagem da entrevistada, mantém-se esta em anonimato.

solidariedade muito grande, de professoras que apoiam alunos que vêm das zonas distantes da escola secundária.⁶⁷ Algumas professoras nos distritos acolhem os alunos nas suas residências apoiam em material escolar e os pais fazem uma contribuição em géneros alimentícios como o milho.

Comentando este aspecto, um dos professores da Escola Secundária Josina Machel referiu que a sua instituição tem tido conhecimento de vários casos de dificuldades económicas que levam a desistência escolar de rapazes raparigas. Segundo ele, a escola tem desenvolvido esforços com vista a apoiar estudantes economicamente desfavorecidos, principalmente os órfãos de pai e mãe. O apoio consiste em encaminhar os estudantes as autoridades do distrito de modo a que possam tratar o atestado pobreza. Mediante a apresentação do atestado, os estudantes podem se beneficiar da isenção do pagamento de matrículas e a recepção de uma parte do material escolar. Este aspecto mostra também a transversalidade do factor económico, a questão que aqui é discutida pode igualmente ser abordada no campo do ambiente escolar como factor importante da vulnerabilidade da rapariga na transição para e no ensino pós-escolar.

A pobreza material está associada à pobreza financeira e desdobra-se em vários sentidos. Por exemplo, esta condição coloca a rapariga vulnerável ao assédio sexual ou à prostituição como o afirmam Bagnol e Cabral (1998:96), citando um professor: “*As raparigas querem dinheiro, por isso não precisam do professor. Conhecem quem tem dinheiro: os camionistas (troca de divisas) informais, os vendedores do comércio informal com os quais namoram*”. (E10).

5.2. A Influencia das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

- Em todos os grupos focais de estudantes, tanto das raparigas como dos rapazes, os entrevistados foram unânimes em afirmar que gostavam de ter acesso aos meios tecnológicos e aos bens da moda. Fizeram ainda menção de que a modernidade associada às tecnologias, principalmente as de comunicação, como os telemóveis,

⁶⁷ Entrevistas realizadas a alguns Professores da Escola.

vieram revolucionar as suas vidas e acelerar as comunicações mencionando ainda que os telemóveis com Internet facilitavam as suas pesquisas científicas.

A questão da moda e beleza feminina é um assunto que nunca deve ser negligenciado, ao abordarmos a vulnerabilidade da rapariga na medida em que está associada à auto-estima, que coloca a beleza no topo das prioridades. Neste contexto, nas escolas secundárias há competição em objectos de adornos (mexas, perfumes, maquilhagens e etc.), o que expõe a rapariga à vulnerabilidade, devido a pobreza em que esta normalmente se encontra (Magona 2014).

O acesso aos bens da modernidade por parte dos estudantes não é visto apenas do ponto de vista positivo. Na opinião da maioria dos professores esses meios facilitam aos estudantes o acesso a informação não adequada. Para circunstanciar a afirmação, no grupo de discussão com os professores da mesma escola, uma professora disse ter apanhado um grupo de alunos a assistir “*cenar muito escandalosas*”, tendo confiscado o telemóvel e mandado chamar os encarregados de educação para contar o sucedido.

No caso das raparigas, apesar de já ter sido constatado que este factor as influencia a desenvolverem um comportamento que contribui para o seu fraco aproveitamento pedagógico, nenhuma das ex-estudantes entrevistadas indicou que este pode ter sido o motivo que a levou a interrupção dos estudos.

Contudo, este factor foi muito debatido nos grupos focais que, quase em uníssono concordaram que, o desejo que alguns estudantes têm (tanto rapazes como raparigas) em “estar na moda” contribui para que desenvolvam atitudes que, em última instância, podem conduzir à desistência escolar. Em relação a maioria das ex-estudantes prevalece a opinião por parte da sociedade, de que estas – incluindo as ex-estudantes – não terão resistido à tentação de acesso fácil aos bens da modernidade, o que os terá levado a adoptar atitudes e práticas que dificultaram a sua permanência na escola, tais como a prostituição, o negócio, o casamento, etc. como nos relatou um dos entrevistados estudantes “*a minha irmã com quem eu vivia, a determinada altura eu só lhe via com coisas novas em casa como mexa, telefone e roupa nova, fui lhe chamando atenção sobre o seu comportamento. Não tardou*

muito ela ficou grávida. Como nós exigimos a responsabilidade ao senhor que lhe engravidou, porque este era casado, levou-a a viver com os seus pais e teve que desistir das aulas e lá ela não passava de uma empregada para aquela família”. (E6).

O consumo de álcool e estupefacientes nas escolas foi igualmente apontado como um dos grandes problemas de vulnerabilidade da rapariga, embora se reconheça que se trata de uma prática que afecta mais os rapazes, uma vez que é comum aparecerem estudantes na sala de aulas, visivelmente alcoolizados ou sob efeito de drogas. A existência de estabelecimentos de venda desse tipo de produtos, sobretudo as barracas, junto dos recintos escolares é visto como sendo uma das principais causas ou desse fenómeno.

5.3. Os Casamentos Prematuros

- Os nossos entrevistados do sector da educação (2), e técnicos da área de género (4), foram convergentes na ideia de que os casamentos prematuros constituem um forte motivo para o não prosseguimento dos estudos pelas raparigas. Calculam que apesar de a situação ter melhorado muito no que respeita a escolaridade das raparigas desde a independência do país aos nossos dias, ainda existe um forte trabalho a ser feito pelas instituições governamentais para a sensibilização dos pais, encarregados de educação, líderes religiosos e líderes comunitários.

Respondeu igualmente a directora nacional dos assuntos do género (Geraldina Delfina Juma) que, pode não estar necessariamente ligada ao casamento prematuro como resultado de uma expressão sociocultural a gravidez precoce, que resulta de práticas como a prostituição (aberta ou não) e de influências socioculturais por vezes mal percecionadas ao nível local, também resultam na desistência da rapariga do sistema educacional formal. Em todos os locais de pesquisa observaram-se casos em que devido a contração de gravidez as raparigas foram obrigadas a abandonar a escola para cuidarem da criança. Em muitos casos foram forçadas a viver com os pais das crianças tendo o casamento, nestes casos forçados, se desfeito em alguns meses e as raparigas regressado as casas dos seus pais ou encarregados.

5.4. Influência da Família

- Em outros casos, percebe-se que os encarregados não se encontram orientados a promover a educação escolar dos seus educandos como um valor prioritário. Vários relatos dos nossos entrevistados neste trabalho revelam esse “*despreparo*”, representado pelo choque entre os dois sistemas culturais. Estes consideram que seria importante que os pais e encarregados de educação estivessem interessados que os seus filhos estudassem e que os motivassem nesse sentido. Defendem que “*o que acontece é que as raparigas e rapazes que têm tendência para desistir de estudar não encontram motivação junto dos seus familiares e acabam mesmo desistindo*”. Uma estudante no distrito em estudo afirmou que uma sua prima “*deixou de estudar por puro capricho e os pais também não fizeram nada para lhe manter na escola. “... A minha tia disse que foi bom que ela deixou de estudar assim vai cuidar dos sobrinhos e da casa e ela teria tempo para ir a machamba...”*

Em debate com alguns professores da escola, defenderam que se regista em grande escala o “*desconhecimento dos pais de que para o bom aproveitamento escolar e manutenção dos seus filhos na escola é necessário o seu acompanhamento permanente e uma boa distribuição do trabalho em casa para não sobrecarregar as crianças*”. A falta de acompanhamento das raparigas pelos pais foi considerada por este grupo de entrevistados como sendo o primeiro factor directo de desistência escolar das raparigas.

Na amostra de estudantes entrevistados foi possível observar que pertencem a agregados familiares que não comportam os seus progenitores. Muitas das rapariga (e rapazes) entrevistadas vivem em agregados familiares chefiados por mulheres ou homens solteiros, por madrastas ou padrastos, por tios ou irmãos, por chefes que permanecem a maior parte do tempo ausentes, por vezes em locais distantes, por responsáveis impossibilitados de assegurar o autossustento da família, por responsáveis cuja ocupação não consiste em actividades económicas socialmente aceitáveis, etc., quando não elas próprias as chefes do agregado ou as responsáveis por grande parte do sustento destes. Uma boa parte deles, encontram-se fora das suas famílias originais por terem de se deslocar por impossibilidade de acesso aos níveis de ensino secundário nos seus locais de origem. De

acordo com os dados do estudo esta é a condição social em que se encontra a maioria das ex-estudantes entrevistadas.

Constatou-se no estudo que grande parte dos rapazes e raparigas não vivem com os pais, mas sim com irmãos cunhados, tios, madrastras, padrastos, avôs, etc., e são tratados de modo diferenciado em relação aos outros membros da família. Muitas vezes, depois de concluírem a 7ª classe, e porque o ensino deixa de ser gratuito, constituindo assim mais encargos para a família, os jovens são retirados da escola, ou desistem por iniciativa própria e são devolvidos para os locais de origem junto dos seus familiares. Os que não regressam ficam em casa ou procuram de emprego tornando-se pequenos comerciantes.

Os estudantes e ex-estudantes, falando das suas experiências quotidianas disseram que as actividades domésticas sobrecarregavam mais as raparigas “no transporte da água e na cozinha. Consideraram que a proximidade de locais como mercados e escolas, a disponibilidade de água no quintal ou em local próximo, o tempo que as raparigas passam na cozinha, é muito importante para motivar ou desmotivar os estudos.

Nos meios urbanos o acesso a recursos como água, mercados, etc., é normalmente melhor. Das 12 raparigas ex-estudantes entrevistadas, apenas duas referiram que eram responsáveis por todas as actividades domésticas incluindo o cuidado com as crianças. Contudo, não podemos concluir que não existam raparigas que tenham interrompido o estudo devido, essencialmente, a factores da estrutura familiar. De facto, apesar de este não ter sido o motivo que a levou a interromper os estudos, uma das entrevistadas ex-estudantes, de 19 anos de idade, referiu que actualmente encontra-se impossibilitada de retomar os estudos porque não tinha com quem deixar o seu filho de apenas 2 anos de idade.

5.4. Condições da Escola

- Igualmente afirmou um dos nossos entrevistados “as condições da escola em termos de número de alunos, professores, salas de aulas, continua sendo um desafio muito grande. Pelas dificuldades chega-se a atingir um número de 80 a 90 alunos por sala da 1ª a 7ª classe e uma média de 60 nas turmas da 8ª a 10ª classe. Esta situação reduz o controlo e

atenção dos professores para com os alunos, dificultando assim a identificação de casos que necessitam de atenção especial seja em termos de aprendizagem das matérias leccionadas, seja em termos de apoio psicológico ou social.

A nível dos grupos focais com professores foi possível registar dois tipos de situações diferentes ao se abordar a questão do assédio e do abuso sexual. Numa delas observou-se um ambiente de constrangimento, com os entrevistados pouco convictos em defenderem a inexistência do fenómeno. Em outras ocasiões observou-se um grande à-vontade dos interlocutores e o interesse em apresentar factos e mostrar evidências de que a escola tinha a situação controlada em relação a esse fenómeno, não obstante este tende-se a subsistir. Na realidade registamos informações que sugerem a manifestação do assédio e abuso sexuais em quase todas as escolas visitadas como uma ameaça permanente exigindo das estruturas escolares uma vigilância permanente. De qualquer modo, ambas as reacções parecem ser reveladoras de que existem casos em que o ambiente social escolar tem sido marcado por relações sociais que constituem factor da vulnerabilidade da rapariga no ensino secundário sobretudo que envolvem situações de assédio e abuso sexual.

CAPÍTULO VI

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As políticas públicas, embora sejam programas que mais têm probabilidade de alcançar as necessidades do povo, ainda se mostram insuficientes e com falhas, principalmente em Moçambique, onde a informação não chega para todos os públicos-alvo. Isso se deve, sobretudo, pela falha na própria gestão do governo. Mediante esses fatos, buscou-se saber a percepção que as nossas entrevistadas tinham sobre as políticas públicas e a inserção da mulher no mercado de trabalho.

A Liberdade Cultural, expressa de forma clara a crescente preocupação pelas questões associadas à língua, o que simboliza ao mesmo tempo respeito por aqueles que falam uma determinada língua, pela sua cultura e pela sua total integração na sociedade. Este desencontro que se verifica frequentemente entre a língua usada na escola e a língua usada pela comunidade está na origem de muitos problemas directamente ligados à educação como o acesso à escola e a qualidade do ensino. No campo constatou-se que as desigualdades de género são mais expressivas, as raparigas representam o principal grupo de excluídos.

As raparigas que convivem nos meios rurais, são vítimas de um duplo processo de exclusão da educação com origem em vários factores económicos, sociais e culturais, como a ocupação e o rendimento familiar, os custos directos e indirectos da educação (os custos das propinas e dos materiais escolares podem ser demasiado elevados para muitas famílias e no caso da principal actividade da família depender da mão-de-obra de todos os familiares, significam uma redução de recursos humanos na economia familiar - nestes casos havendo necessidade de escolher quem vai estudar, essa escolha recai nos rapazes), o historial educativo das famílias (quanto mais baixa é a escolaridade dos adultos menor importância é dada à escola, o que se pôde verificar no trabalho de campo, onde é clara a ligação entre o apoio de um familiar mais escolarizado e a valorização da educação das raparigas), práticas e atitudes associadas a crenças tradicionais, culturais e religiosas e estereótipos de género (que atribuem papéis de género às raparigas, para os quais a

educação formal é secundária), localização da escola e qualidade do ambiente escolar (distância da escola, a falta de latrinas separadas, a violência no meio escolar), conteúdos e qualidades dos currículos e materiais pedagógicos e processos pedagógicos desadequados (que não têm em conta a valorização das raparigas nas escolas, que não apresentam modelos femininos positivos). Canhanga (2019), refere que a zona sul em particular é essencialmente de perfil sociocultural patrilíneo, vincando o sentido de supremacia do homem em relação à mulher.

Com base nos dados contidos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outras entidades como o Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), válida-se a hipótese que dá conta que a aplicação das políticas públicas seja obrigatória, podendo influenciar positivamente na obtenção de uma sociedade igualitária ou com menos desigualdade, na medida em que as políticas públicas contêm elementos fundamentais para a promoção, e divulgação de informações relativas à participação da mulher nas diferentes esferas da sociedade.

É visível que não basta apenas a criação de políticas públicas para garantir a inserção da mulher no mercado de trabalho, é necessário que essas políticas sejam mais focadas, presentes e específicas para assegurar o acesso ao mercado de trabalho. As entidades responsáveis pela criação de políticas mais ousadas, para trabalharem mais na divulgação das mesmas e que as pautas das mulheres não seja apenas responsabilidade de um único ministério.

O preconceito do género se apresenta como um dos principais obstáculos e ao mesmo tempo constitui-se um desafio para o exercício e a ascensão das mulheres aos cargos de poder nas organizações em Moçambique, muito em particular na cidade de Maputo, local onde o estudo foi realizado. Por essa razão, as mulheres são consideradas como sendo vulneráveis e com baixa capacidade intelectual para lidar e gerir certos tipos de processos e/ou problemas. Como consequência desse estereótipo, os profissionais do sexo masculino mantêm muitas desconfianças relativamente ao sexo feminino, como se aguardassem alguns sinais de incompetência nas atividades que as mesmas desempenham no seu dia-a-dia. Por outro lado, alguns dos estereótipos e preconceitos existentes fora do âmbito

organizacional, como resultado de fatores culturais também acabam por ser transportados, à posterior, para o ambiente organizacional, fato que resulta na desvalorização e limitação das mulheres em cargos de poder.

não são apenas os preconceitos que impedem a ascensão das mulheres moçambicanas nas organizações, mas, também, a falta de confiança das mesmas para alcançar os objectivos, e falta de oportunidades, reduzida ambição para o alcance de cargos de visibilidade, stress, sobrecarga de tarefas, devido a atividade profissional e familiar, cultura organizacional masculina, fraca qualificação e formação e menores níveis de motivação. Por outro lado, essas dificuldades podem ser capitalizadas e transformadas em oportunidades na medida que a própria consciência das mulheres sobre sua condição impulse sua luta, cada vez mais pela igualdade através da meritocracia no desempenho das suas actividades.

CONCLUSÕES

Os factores da vulnerabilidade da rapariga aqui apresentados, devidamente sistematizado e orientado na sua intencionalidade e acompanhado de um traçado do perfil das raparigas que abandonaram os estudos devido a esses factores pode ser útil na construção da tipologia da vulnerabilidade escolar da rapariga.

Nesse sentido, pode se dizer que a vulnerabilidade da rapariga na transição para o ensino pós primário é caracterizada pela influência directa ou indirecta, de forma isolada ou simultânea, na vida das raparigas, dos seguintes factores e aspectos:

- Factores económicos, que constituem a base de composição dos meios de vida primários de habilitação das raparigas e suas famílias para a participação efectiva nos diferentes campos da vida;
- Factores relacionados à modernidade, que constituem um desafio de aculturação para grande parte da sociedade moçambicana por oferecerem obstáculos aos processos de (re) inserção social da rapariga, incluindo a sua relação com os produtos da globalização;
- Factores socioculturais, nos quais os hábitos e costumes e os modos de vida em geral da sociedade se encontra enraizada e é estrangida à auto-reprodução, mantendo assim sistemas de vida em grande parte incompatíveis, por exemplo, com a assunção do papel social de estudante por parte da rapariga;
- Factores relacionados à estrutura familiar, que dada a desestruturação e fragilidade em que muitas delas se encontram, devido as mais variadas adversidades sociais e naturais da vida, não oferecem à rapariga o meio adequado ao desenvolvimento normal das suas capacidades educacionais formais, forçando-a, por exemplo, a exercer prioritariamente outro tipo de actividades;
- Factores relacionados ao ambiente escolar, que permitiram o aceso adequado aos estabelecimentos de ensino e à um ambiente interno apropriado para o desenvolvimento normal das capacidades educacionais da rapariga; e

- Factores demográficos de tipo fecundidade, natalidade e nupcialidade, que determinam e caracterizam a estrutura populacional de uma sociedade tornando-se uma das mais importantes fontes de estruturação desta, aumentando (no caso da sociedade moçambicana) a probabilidade da rapariga, enquanto tal, (e do rapaz) de contrair matrimónio, conceber.

As raparigas do ensino pós primário frequentando da 8^a a 10^a classe, encontram-se geralmente na faixa etária entre os 13 e os 18 anos de idade. Estas idades possuem taxas de fecundidade, fertilidade e natalidade extremamente altas, frequentemente porque os indivíduos nutrem de muita curiosidade relativamente à sua emancipação sexual e de uma certa dose de ingenuidade e desconhecimento consistente, teórico e prático, de métodos anticonceptivos e de protecção e prevenção sexual. Nesse sentido, muitas raparigas nessa faixa etária desenvolvem a sua sexualidade de forma intensa e tendem a expor-se com frequência a possibilidade de contracção de gravidez, mesmo em contextos em que o acesso a meios de prevenção como a “camisinha” é facilitado. Raras são as estudantes entrevistadas neste estudo, da faixa dos 12 aos 18 anos, declararam ter tido já, no mínimo, a sua primeira experiência em matéria de relações sexuais.

Conclui-se ainda que, a implementação das políticas estratégicas do Ministério do Género, Criança e Acção Social na óptica da redução das desigualdades de género não foram eficientes na medida em que as entranhas por de trás da variável vulnerabilidade da rapariga não são suficientemente expressivas para fortificar e oferecer melhores oportunidade as raparigas sejam elas, sociais, económicas, tecnológicas, tec.

Como recomendação para inverter este cenário em Moçambique, propunha que o Governo investisse de forma massiva na abordagem GALS “*Gender Action Learning Sistem*” é uma iniciativa implementada pelas ONGs em Moçambique que visa a conceitualização das comunidades sobre as vantagens de uma gestão colaborativa dos recursos familiares, tanto para os homens como para mulheres para melhorias das suas condições de vida e de modo a ser abrangente aos diferentes extratos sociais ele é implementada em seminários com recurso a desenhos dos seus sonhos futuros incluindo a colaboração de todos membros da

família. Até esta abordagem foi implementada nos Distritos de Moma e Pebane pelo projecto MozRural e MozNorte financiados pelo Banco Mundial.

Adicionalmente recomendaríamos a implementação das iniciativas de co-gestão que seria a consciencialização das comunidades sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais no seu todo por todos para garantir a sustentabilidade da mesma e dessa forma tornar-se-iam renováveis e consequentemente reduziria a pobreza e por conseguinte as fortes desigualdades existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, H. (2007). *Seleção Natural: Género*.
- AGY, A.R. (2018). *Desigualdade de Género em Contextos Rurais em Moçambique*.
- ALLAN, B. (2010). *História Geral da África. Londres*.
- ALMEIDA, E. & CIMINI, F. (2008). *A luta por reconhecimento dos direitos das mulheres nas Nações Unidas: da esfera privada para a Arena Global*. Revista periódicos, 79.
- ALMEIDA, J. F. (2013). *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa. Lisboa*. Editora Mundos Sociais
- ANDRADE, M. (2001). *Introdução a Metodologia do Trabalho Científico*. 5ª Edição, Atlas: São Paulo;
- ASDI, F. (2006). *Reflexão Moçambique no Pós-independência*.
- AUAD, D. (2006). *Educar meninas e meninos. Relações de género na escola*. São Paulo: Editora Contexto;
- AURUM Press. (2003). *O banqueiro dos pobres*. Bangladesh
- BEAUVOIR, S. (1976). *deledeuxièmesexe II Paris*, Gallirmadi ;
- BRUSCHINI, C. (2008). “*Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado*”. In: ARAÚJO, Clara; PIKANÇO, Felícia e SCALO, Celi. *Novas conciliações e antigas tensões? Género, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: Edusc.
- CASTEL, N. C. (2012). *Índice de Desenvolvimento Humano e Desafios para Moçambique-IESE Maputo*. Obtido de <http://www.iese.ac.mz.lib>;
- CHIPEMBE. G. (2011). *Análise do índice de Alfabetização em Moçambique*.
- CHIZZOTTI, A. (2000). *Pesquisa e Ciências Humanas e Sociais*. (4ª Edição). São Paulo, Editora Cortez;
- COUTINHO, A. (2007). *Microcredito em Moçambique: o «case-study» do novo banco*. Cadernos de estudos africanos, 6.
- COUTINHO, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Coimbra*. Almedina;

- CRESPO, A.P.A. & Gurovitz E. (2002). *A pobreza como um fenômeno multidimensional*. RAE eletrônica, 1, 12. Acesso em <http://scielo.br/Apobrezacomoumfenomenomultidimensional>
- DIAS, J.F. & PSICO, J.A. (2007). *O desempenho social das instituições de microfinanças em Moçambique*. Global Economics and Management Review, 23.
- ESPECIAL, G.Z. (2004). *A Liberação das Direitos do Género Feminino: Africa Austral* Cadernos de estudos africanos.
- FACHIN, O (2001). *Fundamentos de metodologia*. (3ª ed). São Paulo: Saraiva;
- FERRARI, G. (2020). *Conceito e Análise da Teoria das Capacidades de Amartya Sen*
- FIRMINO, T.N.F. (2016). *O Microcredito como Ferramenta de Geracao de Rendimento para os Microempreendedores: uma analise aplicada ao caso portuges*, (Dissertacao de mestrado da Universidade Lusofana de Humanidades e Tecnologias, Lisboa).
- GIL, A. C. (2008). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. 6ª ed São Paulo, Editora Atlas
- GIL, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed São Paulo: Atlas.
- GORDON, K. (2000). *Revitalização Género Feminista*. Rio de Janeiro
- GUARNIERI, T. H. (2010). *Os direitos das mulheres no contexto internacional- da criacao da ONU (1945) á cnpferencia de Beijing (1995)*. Revista Electronica da faculdade metodista Granbery, 40.
- HEFFEL, C.K., & SILVA, V. (s/d). *A construção da autonomia femenina: O empoderamento pelo capital social*. Brasil.
- HUNT, N. R. (1989). *Placing African Women's history and locating genders*. Social story disponivel em <https://dx.doi.org/10.1080%2F0307102889085677848> acesso em 11/09/2022
- INE. (2020). *Índice de atividade económica*. Acesso em <http://ine.gov.mz/atividadeeconomica>
- INE. (2020). PIB. Acesso em <http://ine.gov.mz/PIB>
- KRIPKA, R. M. L., Scheller, M., Bonotto, D. L. (2015). *Pesquisa Documental na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Caracterização*. Revista de Invetigaciones UNAID. Vol. 14, No 2, JulDec, 55-73;
- LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS. (2007). *Direitos das Mulheres em Moçambique*. Acesso em <http://www.idh.org.mz/direitosdasmulheresemMoçambique> (acessado em 12 de abril de 2020)

LUNDIN, I. B. (2012). *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. Escolar Editora: Maputo;

MARCONI, M. A.; Lakatos, E. M. (2008). *Hipóteses*. In. *Metodologia Científica*. 5 ed. Sao Paulo. Ed Atlas;

MARCONI, M. A.; Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas;

MAXWELL, F. O. (2011). *Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Acesso em <http://files.cercomp.ufg.br/metodologiacientifica>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. (2016). *Estimativas e perfil da pobreza em Moçambique*.

MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL. (2016). *Perfil de Género de Moçambique*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. (2015/2016). *Boletim Informativo do Mercado do Trabalho*. Maputo. MTESS.

MOSCA, J. (2019). *Pobreza, Economia “Informal”, Informalidades e Desenvolvimento*. O País. (2019).

OMS. (2017). *Enfrentar o desafio da saúde da mulher em África*. Moçambique.

ONU. (2010). *Princípios de empoderamento das mulheres*.

PINHEIRO, A. L. (2011). *Direitos humanos das mulheres*. Acesso em <http://ipea.gov.br/ouvidoria>

PITANGUY, J. (2011). *Violência contra a mulher: consequências socio-económicas*. Edicao Cepia/ ONU mulheres.

PRODONAV, F. (2013). *Metodologia do Trabalho científico*. Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico. 2^a Novo Hamburgo;

REDUÇÃO DA POBREZA ANÉMICA DENOTA FRACA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÓMICA. (2016). Acesso em <http://worldbank.org/InclusãosocialeconomicaemMoçambique.2016>

RELATÓRIO DE PROGRESSO DO GÉNERO FEMININO EM MOÇABIQUE. (2006). P.56

RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (2011). P.44

- ROUSSEAU, J. (1992). *Milliet*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 423.
- SANTOS, C.G. (2009). *Microcrédito e Pobreza: um diálogo possível?* RAC, 15. Acesso em <http://anpad.org.br/rac>
- SCOTT, J. (2009). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99;
- TELO, H.K. (2007). *Evolução do Feminismo em africa*. Acesso em <http://anpad.org.br/rac>
- THE WORLD BANK. (2018). *Atualidade Económica de Moçambique: Redução na Pobreza, mas Aumento da Desigualdade*. Acesso em <http://worldbank.org/AtualidadeEconómicadeMoçambique:ReduçãonaPobreza,masAumentodaDesigualdade>
- THE WORLD BANK. (2020). *Moçambique: aspectos gerais*. Acesso em <http://worldbank.org/Mocambique:aspectosgerais>
- TRIVINOS, J.O. (2008). *Manual de Elaboração de Projectos Científicos*.
- TVEDTEN, I. (2013). *Resumo de Políticas II: Genero, Classe e Espaço em Maputo*.
- UNFPA Moçambique. (2017). *Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial*. Acesso em <http://mozambique.unfpa.org/UNFPAsuplemento2017Pt>
- UNFPA. (2006). *Igualdade de gênero e empoderamento da mulher em moçambique*. UNFPA Moçambique, 29.

ANEXOS